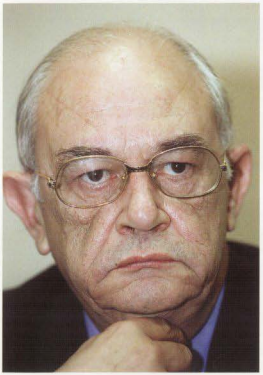
Novos romances sobre Abril

"Descolonização Portuguesa – O Regresso das Caravelas" e "A Revolução de António e Oriana" foram apresentados em Lisboa

25 de Abril referencial

Boletim da Associação 25 de Abril ■ Director: Pedro Pezarat Correia ■ N.º 95 ■ Julho – Setembro 2009



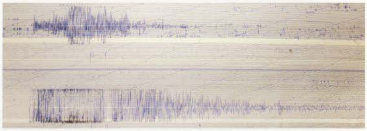
O exemplo de Melo Antunes

O Fórum Liberdade e Coerência Cívica, que decorre a 27 e 28 de Novembro próximo, analisará a dimensão pública e a participação cívica da figura ímpar de Melo Antunes. Académicos e outros especialistas, e personalidades que privaram pessoalmente com o autor material do Documento dos Nove propõem-se evocar e projectar esta figura central da História Contemporânea Portuguesa.

Págs. 4 a 7

António Brotas, secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica do VI Governo Provisório (1975/76), escreve um artigo sobre as questões que actualmente se colocam ao ensino da Medicina.

Págs. 8 e 9



José Júlio Costa-Pereira salienta a importância do Plano Especial de Emergência da Protecção Civil para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes

Págs. 10 e 11

Contactados pela empresa Noerus, detentora do centro de apoio pedagógico Fórmula do Saber, aceitámos subscrever o protocolo que nos propuseram, através do qual é concedido um desconto de 10 por cento, aos associados e funcionários da A25A, bem como aos seus familiares, nas actividades prestadas por aquela entidade. Chama-se a atenção para o anúncio inserido na última página, sugerindo aos associados que pretendam mais esclarecimentos o contacto com a Secretaria da A25A.

A Direcção

O Referencial

Propriedade: Associação 25 de Abril
Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração n.º 164/2002, DR II Série, n.º 51, de 15 de Março e Membro Honorário da Ordem da Liberdade

Presidente da Direcção:
Vasco Lourenço

Director:
Pedro Pezarat Correia

Editor:
José António Santos

Fotografia:
Fernando Farinha (editor)
Nuno Augusto
Agência Lusa

Colaboradores:
Artur Custódio da Silva,
David Martelo, Fernando da Vaza Pinheiro, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Luís Galvão (Bridge), Luís Vicente da Silva (cartoon), Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Fisher Lopes Pires, Nuno Santa Clara Gomes

Sede nacional, Administração e Redacção
Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 Lisboa
Telf.: 21 324 14 20
Fax: 21 324 14 29
E-mail: a25a.sec@25abril.org
www.25abril.org
www.guerracolonial.org

Delegação Norte
Escadas do Barredo, 120 R/C Esq.º
4050-092 Porto
Telf./Fax: 22 203 11 97
E-mail: a25a.del-norte@25abril.org

Delegação Centro
Apartado 3041
3000 Coimbra
E-mail: a25a.del-centro@25abril.org

Delegação do Alentejo
Bairro da Esperança, Edifício 2, Bloco 3 - loja, r/c
7560-145 Grândola
E-mail: a25a.del-alentejo@25abril.org

Delegação do Canadá
153 Hamilton St
Toronto-Ontario M4M 2C9

Execução Gráfica
Pré-impressão:
Ana Seromenho
Impressão e acabamento:
Armazéns de Papéis do Sado, Lda.
Rua Álvaro Castelões
2900-214 Setúbal
Tel. 265 229 258
www.apsabado.pt
apsado@apsado.pt

Fotografia da Capa: Armando Isaac

Tiragem: 4500 Exemplares

Distribuição gratuita

Publicação periódica trimestral inscrita na Entidade Reguladora para a Comunicação Social, sob o n.º 125626

Depósito legal n.º 32 998/89

Fazer memória para não esquecer o exemplo

Fazemos eco, nas páginas desta edição de *O Referencial*, de uma iniciativa de um grupo de amigos e admiradores de Ernesto Melo Antunes, que a Associação 25 de Abril acolheu e patrocinou, que se propõe recordá-lo e homenageá-lo com o relevo e a dignidade que a sua figura impar justifica. Perfazem-se 10 anos que nos deixou e é tempo de reavivar memórias, para que não se esqueça o exemplo do seu contributo para que se abrissem as portas ao percurso de um Portugal livre e moderno num mundo mais solidário e para que se proporcione uma oportunidade para reflectir sobre a actualidade do seu pensamento.

Ao fim de 35 anos já muitos dos nossos camaradas desse grupo ousado e generoso que constituiu o Movimento das Forças Armadas dobraram a esquina decisiva da existência. Nesta edição damos conhecimento do falecimento de mais três camaradas. Penso que nos compreenderão por termos incluído Melo Antunes no número dos que mereceram, nas páginas de *O Referencial*, um destaque especial, como fizemos com Costa Gomes, Vasco Gonçalves, Carlos Fabião, Salgueiro Maia.

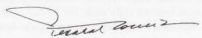
Grande parte dos actuais quadros políticos dirigentes do nosso país tem entre 40 e 50 anos, isto é, eram estudantes do ensino primário e secundário quando Portugal vivia em ditadura e, para lhe pôr termo, o 25 de Abril ocorreu. Quer isto dizer que houve já uma passagem de testemunho da geração que lutou pela liberdade e a conquistou, para a geração que a herdou. Importa, por isso, que conheçam bem as condições em que se verificou a afirmação da geração dos seus pais e, nela, a do pequeno grupo de militares que soube interpretar o sentimento generalizado do povo português, reunindo-se no MFA e levando a cabo o 25 de Abril.

Melo Antunes, que vamos lembrar e homenagear, foi um dos maiores intérpretes desse grupo. A ele se deve o essencial de documentos decisivos da Revolução de Abril, nomeadamente o seu texto de referência, o "Programa do MFA". Com a sua notável capacidade de análise, visão estratégica e sentido de Estado, esteve no centro das tarefas mais complexas e melindrosas do processo revolucionário.

O texto de sua autoria e que nestas páginas se junta ao Programa da Homenagem, que corresponde à comunicação que apre-

sentou no Colóquio "Portugal 1974-1984, Dez Anos de Transformação Social", com que a Revista Crítica de Ciências Sociais e o Centro de Estudos Sociais Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra decidiram, em boa hora, assinalar os 10 anos do 25 de Abril, deixa pistas muito interessantes para que as novas gerações possam compreender porque é que, como escreveu Melo Antunes, se deu a espontânea adesão popular ao movimento militar. Foi porque houve uma «(…) imediata identificação entre a esmagadora maioria da população e o Programa do MFA» E Melo Antunes destaca os pontos fundamentais desse programa: «A. Ruptura com o sistema (…) construção de um regime democrático (…) B. Descolonização (…) entendimento de que a solução para o problema das colónias era política e não militar (…) C. Desenvolvimento económico (…) fazer sair o país da pobreza e do desenvolvimento». Foi este enunciado que suscitou a adesão popular e desencadeou «(…) uma dinâmica de massas (…) que fez afinal a revolução que (…) muito provavelmente ainda durante muito tempo constituirá o referencial de boa parte dos ideais transformadores da vida e da sociedade em Portugal (…)» Não há aqui nem havia na generalidade do texto qualquer indício, explícito ou implícito, que permitisse atribuir aos militares do MFA motivações de poder pelo poder. Quem tem memória lembra-se que os portugueses perceberam isso

Podem ser outros, hoje, os paradigmas que norteiam as ambições das classes políticas e das sociedades, em Portugal e no mundo globalizado. Mas trair-se-ão a si próprios se desprezarem os valores que fazem da política algo mais do que a mera conquista e exercício do poder. Valores que animaram os jovens oficiais de 1974 quando arriscaram as suas carreiras para que Portugal acertasse o passo com a História. ■



REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS N.° 15/16/17 MAIO 1985

As Forças Armadas e o MFA de 25 Abril 1974 a 25 Novembro 1975

EU GOSTARIA, ANTES de mais nada, de começar a minha intervenção por apresentar aquilo que poderia designar, à falta de melhor, por um protesto público pela ausência do major Otelo Saraiva de Carvalho nesta sessão.

A forma como a sala reagiu é suficientemente impressionante para que com as minhas palavras seja evitável explicar longamente o porquê deste protesto. Não se pode, de facto, aceitar que o poder político dominante proceda desta forma com um homem que foi de facto, que continua a ser, de facto, o símbolo talvez maior do 25 de Abril. Não se pode aceitar que este homem esteja a ser tratado pelos poderes públicos do modo como tem vindo a ser tratado. E, para além disso, é a prova de que o poder político dominante não está de facto de modo nenhum interessado em que se desenvolva um espírito de diálogo na sociedade portuguesa, através do qual se venham a encontrar as fórmulas que permitam abrir soluções futuras para a nossa própria sociedade, em diálogo, em respeito mútuo e em tolerância. Ao que parece e segundo as palavras do nosso moderador, esta mesa redonda é composta por aquilo que ele designou como práticos e cientistas sociais.

É um binómio interessante, faz-me lembrar o binómio que também no tempo que se seguiu ao 25 de Abril se estabeleceu entre os chamados políticos e operacionais. Eu tentarei, no entanto, como prático, pelo qual fiquei desde já rotulado (antes parece-me que era político), não fazer uma intervenção que possa ser considerada como um discurso político propriamente dito, mas sim uma reflexão serena, tão serena quanto e possível, sobre o tema que nos é proposto. E o tema nesta mesa redonda, lembro a todos, é as *Forças Armadas* e os *Projectos Políticos* do 25 de Abril. O título genérico insinua a ideia de que haveria mais que um projecto político. Na realidade, embora com diferentes entendimentos quanto a um futuro modelo de organização político-social, mas sem que essa polémica tenha sido determinante, o que assegura o êxito rápido do movimento revolucionário do 25 de Abril e, por um lado, o relativo consenso estabelecido entre os oficiais revolucionários quanto à necessidade do derrube da ditadura, em torno de um programa político mínimo e, por outro, a imediata identificação entre a esmagadora maioria da população e o Programa do MFA. Pode assim dizer-se que numa primeira fase há uma certa unidade de pensamento político que se traduz a nível programático no seguinte:

A) *Ruptura com o sistema* (na linguagem da época quase universalmente se dizia: ruptura com a ditadura fascista; as prevenções e cuidados quanto a terminologia política e os pruridos ideológicos vieram bastante mais tarde, por razões de diversa ordem que não vale a pena agora aqui analisar). Instauração, portanto, de um regime democrático. A democracia era entendida segundo o modelo prevalecente nas chamadas democracias ocidentais. Este foi de facto o consenso estabelecido, sendo relevantes no programa do MFA os direitos, liberdades e garantias típicos das democracias pluralistas.

FÓRUM LIBERDADE E COERÊNCIA CÍVICA

O exemplo de Ernesto Melo Antunes na História Contemporânea Portuguesa

Fundação Calouste Gulbenkian (Sala 2), 27 e 28 de Novembro de 2009

MILITAR, PENSADOR, ESTADISTA, Melo Antunes (1933-1999) foi sobretudo um cidadão comprometido que deixou a sua marca e testemunho em diferentes momentos do século XX português. Primeiro, em plena ditadura, ao tentar apresentar-se como candidato oposicionista (na lista da CDE) às eleições legislativas de 1969. Depois, ao aderir ao Movimento dos Capitães e participar activamente na conspiração que levou ao derrube do regime. Considerado, desde cedo, como um dos mais politizados e capazes elementos do grupo, é incumbindo de preparar o Programa do Movimento das Forças Armadas anunciado ao país na madrugada de 26 de Abril de 1974.

Evocar Ernesto Melo Antunes é também evocar Abril, cujo 35.º aniversário se celebra este ano. Membro da Comissão Coordenadora do Programa do MFA e conselheiro de Estado (1974-1975), assume sucessivamente responsabilidades governativas nos II, III, IV e VI Governos Provisórios, inicialmente como ministro sem pasta e depois dos Negócios Estrangeiros. Algumas das questões centrais da revolução portuguesa – como a descolonização ou o debate em torno do modelo económico e social a instaurar – não são compreensíveis sem Ernesto Melo Antunes.

Autor do Documento dos Nove, Ernesto Melo Antunes é um dos protagonistas do verão quente de 1975 e uma peça chave para entender o 25 de Novembro e o fim do ciclo revolucionário. Conselheiro da Revolução, durante toda a sua vigência (1975-1982), dá um importante contributo para a consolidação democrática quer como conselheiro de Estado (durante as Presidências de Ramalho Eanes e Jorge Sampaio) quer como presidente da Comissão Constitucional, antecessora do Tribunal Constitucional (1976-1983). Homem de cultura e de forte consciência cívica, Ernesto Melo Antunes é uma figura central da História Contemporânea portuguesa que curiosa e inexplicavelmente, continua a ser um desconhecido para a maioria dos Portugueses.

Nesse sentido o Fórum Liberdade e Coerência Cívica – O exemplo de Ernesto Melo Antunes na História Contemporânea Portuguesa, propõe-se analisar, com o contributo de académicos, especialistas, mas também de personalidades que o conheceram e acompanharam em diferentes momentos e circunstâncias, o percurso de Ernesto Melo Antunes na sua dimensão pública e de participação cívica. Um debate, que se pretende multidisciplinar e plural, alargado a todos os meios, académicos e não académicos, e a diferentes grupos etários. ■

PROGRAMA

27 de Novembro

Sessão de Abertura
Jaime Gama, Emílio Rui Vilar, Vasco Lourenço, Maria Inácia Rezola
9:00

Ditadura e Oposição: dos Açores ao Movimento dos Capitães
Presidência: Mário Soares
Painel: António Borges Coutinho, Weber Machado Pereira, Mário Mesquita
Comentário: António Costa Pinto
10:00 – 11:15

Descolonização: a pedra basilar do processo de democratização
Presidência: Jorge Sampaio
Comunicação: Pezarat Correia
Comentário: Vasco Vieira de Almeida, Sanchéz Cervello
11.45 – 13.00

Um Processo Revolucionário em Curso (1974-1976)
Presidência: Garcia dos Santos
Comunicação: Maria Inácia Rezola
Comentário: Vasco Lourenço, António Reis
15:00 – 16:15

Na consolidação democrática: Conselho da Revolução e Comissão Constitucional
Presidência: Ramalho Eanes
Comunicação: Jorge Miranda (Perspectiva Institucional), Sousa e Castro (Perspectiva Política e Militar)
Comentário: Loureiro dos Santos, Pedro Magalhães
16.45 – 18.00

28 de Novembro

Política Internacional: diplomacia, relações internacionais e diálogo entre os povos
Presidência: Raul Morodo
Comunicação: Luís Castro Mendes
Comentário: Ana Gomes, Luís Reis Torgal
10.00 – 11.15

Sessão de Encerramento: Testemunhos
Presidência: Eduardo Lourenço
António Lobo Antunes, Artur Santos Silva, Figueiredo Dias, Joaquim Chissano, João Cravinho, Manuela Silva, Manuel Alegre, Paulo Jorge, Rui Machete

Comissão Promotora: Amadeu Garcia dos Santos, António Franco, António Ramalho Eanes, Fernando Melo Antunes, Gabriel Espírito Santo, José Loureiro dos Santos, José Ponces Aparício, José Romano, Maria Inácia Rezola, Mário Mesquita, Miguel Lobo Antunes, Pedro Pezarat Correia, Vasco Lourenço, Vitor Alves
Apoios: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Fundação Odebrecht, Escola Superior de Comunicação Social, Montepio, A25A, Câmara Municipal de Lisboa. **Parceiros Media:** Diário de Notícias, RTP

www.ernestomeloantunes.com.pt

REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS N.º 15/16/17 MAIO 1985

As Forças Armadas e o MFA de 25 Abril 1974 a 25 Novembro 1975

B) *Descolonização.* Sem um programa preciso, previamente estabelecido, nem uma filosofia claramente definida, foi possível, no entanto, chegar-se ao entendimento de que a solução para o problema das colónias era política e não militar. Acordo relativamente frágil, como veio a verificar-se nos meses intensos que se seguiram à revolução, porquanto vieram rapidamente à superfície as diferenças ou as divergências profundas que na prática resultavam de diferentes leituras do célebre direito dos povos colonizados à autodeterminação. Mas, mesmo frágil, o acordo funcionou no arranque do movimento revolucionário por razões que se prendem com a convicção, que de facto se generalizava dentro das forças armadas, de que se esgotavam rapidamente as possibilidades reais de controlo militar dos três teatros de operações: Guiné, Angola e Moçambique.

C) *Desenvolvimento Económico.* Medido à distância de 10 anos, o Programa do MFA aparece claramente como a expressão de um desejo colectivo de fazer sair o país da pobreza e do subdesenvolvimento e contém os elementos mínimos caracterizados de uma via socialista, ou pelo menos socializante, de transformação profunda do país. Estes três objectivos fundamentais foram sentidos pela população como universais porque com eles se identificam quase todas as classes e camadas da população portuguesa, ainda que nem sempre pelas mesmas razões. E são percebidos como regeneradores no sentido em que há percepção imediata de que esses objectivos políticos, enunciados por um grupo restrito de militares, desencadearam uma dinâmica de massas que tende a revolucionar o país, voltá-lo do avesso, se me e permitida a expressão, que aspira, ainda que confusamente, a provocar uma mudança radical nas estruturas políticas, culturais, económicas e sociais do país. E essa dinâmica de massas e o movimento histórico que de imediato desencadeia, que fez afinal a revolução e que ainda hoje, dez anos passados, e, muito provavelmente ainda durante muito tempo, constituirá o referencial de boa parte dos ideais transformadores da vida e da sociedade em Portugal, referencial que curiosamente continua a ser invocado, ainda hoje, quase indiscriminadamente, em quase todos os sectores do leque político português, com excepção quase única da extrema-direita. Isto significa que a força mobilizadora, o potencial transformador, a energia criadora da Revolução do 25 de Abril manteve muitas das suas virtualidades iniciais.

Começa a poder falar-se de projectos políticos, no plural, do 25 de Abril, em todo o tempo que medeia entre a revolução e o 28 de Setembro. Não é certamente este o momento adequado para falar em profundidade sobre o tema, por limitações de tempo e pela natureza deste encontro. Limito-me a apontar alguns elementos que constituem, a meu ver, os traços distintivos da progressiva diferenciação dos projectos políticos a nível do MFA e, paralelamente, a nível da própria sociedade civil.

A primeira grande clivagem no interior do MFA dá-se em torno da questão da descolonização. Isto não significa que não fossem já patentes profundas diferenças quanto à questão do poder político, da sua natureza, da sua expressão institucional, da sua projecção na sociedade e que não começassem, desde logo, a desenhar-se fortemente os conflitos resultantes das concepções sobre a organização da vida económica, ou, dito de outra forma, os antagonismos devidos aos diferentes projectos político-sociais e aos diferentes interesses de classe. Mas os conflitos mais agudos estalam, de início, em redor da questão doutrinária contida na fórmula «direito à autodeterminação com todas as suas consequências incluindo a independência», fórmula essa, mais palavra menos palavra, que só viria a ser adoptada em termos legais no auge do debate com a Frelimo com vista a independência de Moçambique. O reconhecimento do direito à independência dos povos até então sujeitos ao regime colonial foi a primeira grande vitória dos sectores progressistas do MFA. Não foi, claro está, em meu entender, uma vitória de bastidores de uma facção contra outra facção; não foi o resultado de uma luta palaciana entre personalidades; foi, fundamentalmente, a resultante da correlação de forças sociais e políticas da época, do sentimento generalizado da população, da situação vivida no interior das forças armadas, onde se desenvolviam claramente — muito antes do 25 de Abril — sentimentos nitidamente hostis à continuação da guerra.

Depois do 28 de Setembro, em pleno processo de descolonização de Moçambique e em preparação das negociações do Alvor sobre a descolonização de Angola, começa a germinar e, dia a dia, a aprofundar-se o processo de fraccionamento político-ideológico dentro do MFA que é nas suas linhas gerais conhecido. Falarei aqui, nas suas grandes linhas, em particular daquilo que, de certo modo, com outros protagonizei o que é uma forma de exprimir a leitura que então fiz e ainda faço da revolução e das esperanças que ela abriu para o povo português.

Em primeiro lugar, entendi que a democracia política seria uma conquista revolucionária essencial para o nosso país. Historicamente identificada com as burguesias nacionais, a democracia dita formal e portanto pluralista correspondia entre nós não só aos interesses das classes médias,

de formação ou tendência liberal, mas também às necessidades e aspirações da classe operária e das restantes classes e camadas de trabalhadores. Os chamados sectores mais desfavorecidos da população podiam não saber que fazer directamente da liberdade de expressão, da supressão da censura, dos direitos sindicais, etc., etc. Mas não há hoje qualquer dúvida, quanto a mim, que a conquista da liberdade política e todos os corolários que dela se retiraram em termos de direitos e garantias constitucionalmente consagrados, permaneceu uma das mais belas, senão a mais bela e preciosa das conquistas de Abril. Aquela em torno da qual uma unanimidade praticamente total se estabeleceu e se tornou consensual no povo português. O mesmo infelizmente se não poderá dizer sobre o modo como o sistema democrático tem funcionado. Esse é, porém, um outro problema, de resto, de plena actualidade e que vai fatalmente condicionar o futuro de todos nós.

Para regressar ao projecto, a democracia política, ainda que pedra angular do processo histórico de transformação da sociedade portuguesa, não poderia por si só garantir a mudança, isto é, o desenvolvimento, a modernização, o fim das desigualdades sociais mais gritantes, a realização do que então chamávamos uma sociedade mais justa e mais feliz. Apontávamos então para o que alguns de nos designávamos de democracia avançada, fórmula que procurava enxertar na democracia política os elementos de socialismo que nos pareciam capazes, no Portugal contemporâneo e nas condições concretas da sociedade portuguesa do momento, de desenhar os contornos de um modelo de sociedade alternativo, isto é, nem social-democrata no sentido da reprodução dos modelos em vigor nas sociedades industriais avançadas do mundo capitalista, nem colectivista, no sentido da transplantação mecânica dos modelos político-sociais das chamadas democracias populares.

A aposta era arriscada porque assentava em premissas, ou de difícil realização, ou com alguma dificuldade de adequação à prática social dominante. A primeira dessas premissas era de natureza político-institucional. Tratava-se no fundo daquilo que nós designávamos por autonomia do MFA face aos partidos políticos e outros grupos organizados na sociedade, condição que se julgava, nós julgávamos, indispensável para tornar o MFA uma força autêntica de transformação, uma alavanca ao serviço da mudança, um motor capaz de gerar dinamismos sociais realmente revolucionários sem contudo pretender transformar-se o MFA em vanguarda revolucionária. Seria assim um papel eminentemente catalizador, se se quiser, impulsionador, inspirador, o que supunha o respeito do pluralismo em consonância com a análise que fazíamos sobre a natureza e a estrutura da sociedade portuguesa. Sabe-se como este objectivo jamais foi atingido. No verão de 1975, e a culminar um longo e agitado período marcado pelas mais profundas lutas internas no Estado e na sociedade e, por consequência, no MFA, irrompem com toda a nitidez as diferenças de anaálise, os projectos políticos diferenciados e torna-se patente a incapacidade do MFA para preservar a sua unidade face à profunda penetração de partidos e grupos de pressão no seu interior, fraccionando-se irremediavelmente.

Mesmo não se tratando aqui de fazer história, não posso deixar de invocar, para terminar esta intervenção inicial, o 25 de Novembro. Independentemente das causas que lhe deram origem ou dos episódios a ela ligados, esta data é, simbolicamente, o fim da revolução, no sentido em que põe ponto final de forma definitiva (ou quase), aos choques, às confrontações, aos antagonismos que até então agitavam a sociedade. É o ponto de partida de uma «normalização», que só é possível à custa da aceitação de compromissos vários com sectores conservadores das forças armadas e da sociedade civil. Em termos de mutação social, podemos hoje dizer que com o 25 de Novembro ninguém ganhou. Por outras palavras, nenhuma das revoluções pensadas dentro da revolução saiu triunfante da confrontação político-social-militar que foi o 25 de Novembro. Um novo equilíbrio na sociedade é alcançado, que acaba por ter a sua expressão político-jurídica na Constituição de 1976 e que vem a consagrar, apesar de tudo, muitos dos ideais de Abril, muitas das efectivas mudanças conquistadas nas lutas sociais dos anos que se seguiram ao 25 de Abril. É importante lembrar, aqui e agora, o valor da Constituição como referência política fundamental. Ninguém desconhece os ataques que lhe são movidos e em nome de que se pretende a alteração da ordem constitucional vigente, em sectores da direita portuguesa perfeitamente identificados. É importante que os sectores progressistas portugueses, independentemente das opções diversas em matéria política e ideológica, não percam de vista o valor essencial da Constituição na defesa dos valores que, se efectivamente postos em prática, serão um contributo poderoso para conferir um conteúdo democrático real à democracia portuguesa. ■

Ernesto Melo Antunes

Sobre o ensino da Medicina

Arquivo LUSA

ANTÓNIO BROTAS*

LEIO HOJE (14 Agosto) em título, na primeira página do DN, a notícia de que quarenta médicos cubanos vão ser contratados para cobrir a falta de médicos em Portugal.

É sabido que Cuba tem dado no campo da saúde uma significativa ajuda a países que estão ainda hoje numa situação de atraso, mas que começam, muito rapidamente, a deixar para trás a situação de países "em via de desenvolvimento".

A decisão de contratar médicos cubanos é, possivelmente, neste momento, uma decisão acertada, mas a população portuguesa tem o direito de ser informada dos antecedentes que fazem com que hoje sejamos, provavelmente, o único país da Europa a precisar do auxílio cubano.

Em 1973, numa altura em que não havia *numerus clausus* no acesso ao ensino superior, entraram nas Faculdades de Medicina portuguesas cerca de quatro mil estudantes. Este número tinha vindo a crescer vertiginosamente desde 1970. O regime, que presisava de médicos para a guerra em África, não se preocupou muito com o assunto porque é relativamente simples assegurar nas faculdades o ensino dos três primeiros anos de Medicina. O problema é depois, com o ensino hospitalar no 4.º ano. À medida que aumentava o número de alunos nos primeiros anos, o número de chumbos em Anatomia diminuía e, assim, o número de alunos no 4.º ano de medicina em Outubro de 1974 aproximava-se dos quatro mil.

Foi este o problema mais difícil e que nos exigiu mais trabalho, ao secretário de Estado do Ensino Superior, Avelãs Nunes, que me antecedeu em 1974-1975, e a mim próprio, em 1975--1976. Mas havia, sobretudo, que cuidar do futuro. Avelãs Nunes tomou a decisão de que, em 1975 não haveria inscrições no primeiro ano de Medicina, mas num tronco comum a vários cursos, entre eles o de Medicina, com a duração de um ou dois anos consoante a vontade das faculdades.

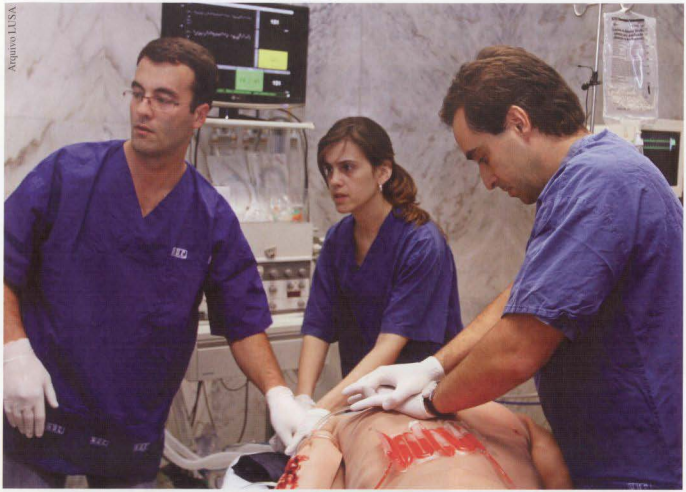
Assim, em Outubro de 1975, inscreveram-se neste tronco comum quatro mil e quinhentos estudantes, dos quais cerca de mil e duzentos na Universidade do Porto. A Faculdade de Medicina do Porto fez-me saber que queria um tronco comum só com um ano, e que no ano seguinte só aceitaria trezentos alunos em Medicina.

A Secretaria de Estado do Ensino Superior teve, assim, no curto espaço de dez meses, de activar a entrada em funcionamento de uma nova escola de medicina, o Instituto Abel Salazar, de criar de raiz uma Escola de Medicina Dentária, de criar um curso de Nutricionismo e de reorganizar o ensino da Educação Física no Porto. No ano seguinte, dos mil e duzentos inicialmente inscritos no Porto tronco comum, entraram em Medicina, após negociação com a faculdade, trezentos e cinquenta. Em Lisboa, a faculdade preferiu um tronco comum com dois anos e, no ano seguinte, deixou entrar todos em Medicina.

Mas havia que pensar no futuro. Se eu não tomasse nenhuma decisão, em Outubro de 1976, inscreviam-se, de novo, quatro mil e quinhentos estudantes no tronco comum. Fixei por isso, por despacho, no final do meu mandato como secretário de Estado, creio que em Julho, em mil e seiscentos o número de estudantes repartidos pelas várias universidades a admitir em Outubro no tronco comum. Pensei que destes, cerca de oitocentos viriam a seguir Medicina.

O que sucedeu foi que, nas duas décadas seguintes, as faculdades de medicina desceram este número a cerca de quatrocentos. É este cavado entre o número de oitocentos, que deveria subir lentamente, e os quatrocentos efectivamente entrados, que nos obriga hoje a recorrer aos médicos cubanos.

Hoje, vejo os reitores de muitas Universidades acordar para este problema e todos a exigir a sua faculdadezinha de Medicina. Quando fui secretário de Estado do Ensino Superior


Arquivo LUSA

reunia-me uma vez por mês, em diferentes cidades do país, com todos as escolas. Sempre pensei que, depois, seriam criados órgãos horizontais, que reunissem todas as escolas de Medicina, todas as escolas de Agricultura, todas as Escolas de Engenharia... Seriam estes órgãos que dariam ao Ministério uma visão de conjunto e o aconselhariam sobre o que haveria a fazer. Agora, obviamente, com o concurso dos partidos e da Assembleia da República.

Para terminar, desejo dizer que o "tronco comum" instituído pelo Avelãs Nunes, em 1975, é o que hoje usa a França. É muito, provavelmente, o que permite uma melhor escolha dos futuros médicos, pois permite às faculdades influenciarem esta escolha e não ficarem unicamente obrigadas a receber os alunos seleccionados pelas notas altas obtidas no Secundário.

Penso que a população portuguesa tem o direito de ser informada destes assuntos, que dizem respeito não unicamente ao seu passado, mas também ao seu futuro. ■

** Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica do VI Governo Provisório (1975-76)*

Arquivo LUSA

Existem na Sede Nacional envelopes selados com o carimbo comemorativo dos 15 anos do 25 de abril. Os coleccionadores entusiastas da marcofilia que estiverem interessados podem dirigir-se à secretaria da Associação 25 de Abril para os obter.

Um bom projecto na terra dos equívocos

JOSÉ JÚLIO COSTA-PEREIRA

TERMINOU NO PASSADO dia 2 de Setembro o período de consulta pública do Plano Especial Emergência De Protecção Civil para o Risco Sísmico Na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes (PEERS-RS-CL).

Não obstante a importância do aludido plano, lamentavelmente a comunicação social e os seus agentes directos, jornalistas, comentadores e afins, remeteram-se a um silêncio incómodo e distante.

Habitualmente tão lestos nas pequenas histórias da política, apanágio destes períodos tão longos de prurido eleitoral, não souberam aproveitar a oportunidade de darem uma contribuição válida, acabando assim por dar razão a quem por vezes tece críticas aos seus comportamentos.

Mas passemos à apreciação do mencionado PEERS-RS-CL.

O documento posto à discussão e análise dos cidadãos e organizações inseridas no respectivo contexto é fruto de meritório trabalho da actual Alta Autoridade Nacional de Protecção Civil, corporizada por Arnaldo Cruz e todo um escol de pessoas altamente habilitadas na vertente técnico-científica da temática em causa.

Este projecto é o corolário corajoso do trabalho da mencionada equipa, volvidos que são 28 anos desde a resolução do Conselho de Ministros 91/85 de 23 de Abril.

Naturalmente que no decorrer de tal lapso de tempo houve, senão recuos, pelo menos indesculpáveis hibernações, mas também um ou outro avanço, designadamente o despacho 31/27 do à data ministro da Administração Interna datado de 21 de Julho de 1997, referenciando o englobamento na AML dos concelhos limítrofes de Torres Vedras, Alenquer, Azambuja, Cartaxo, Salvaterra de Magos, Benavente, Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço (cito de memória).

Em Novembro de 1998, decorridos que foram onze longos anos de paragem, iniciou-se o planeamento de emergência a que corresponde a fase final ora apresentada com sustentação de: a) Planos de Emergência de Protecção Civil de 18 de Julho de 2008; b) Lei de Bases de Protecção Civil de 3 de Julho de 2006; e c) Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro de 25 de Julho de 2006.

No presente trabalho a área de influência do PEERS, divide os concelhos integrados em três grupos, a saber:

– Margem direita do TEJO, (AML): Lisboa, Oeiras, Cascais, Sintra, Mafra, Vila Franca de Xira, Loures, Odivelas e Amadora.
– Margem esquerda do Tejo: Almada, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete e Palmela.
– GAML: Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Torres Vedras, Alenquer, Azambuja, Cartaxo, Salvaterra de Magos e Benavente.

Do exposto se infere que face à multiplicidade constatada de tantas autarquias e consequentes outras organizações, com especial relevo para as associações humanitárias de bombeiros (entidades particulares de estatutos diversificados e de mentalidades díspares), quanto será ciclópica a coordenação de acções, quer ora na implementação do projecto quer nas acções a desenvolver no terreno.

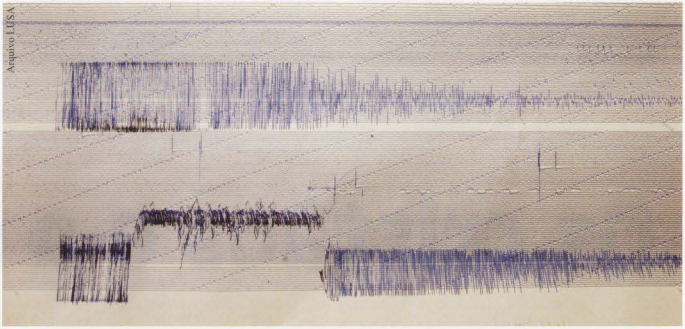
Será necessário ponderar a articulação entre os diversos intervenientes, Estado, autarquias organizações da sociedade civil, recorrendo eventualmente a uma base casuística.

No decurso do período de discussão, várias foram as entidades que, num gesto altamente responsável e meritório, fizeram sugestões e críticas ao documento referenciado, talvez não tantas como seria desejável, mas muitas das opiniões formuladas e sugestões primaram pela qualidade.

Que me seja relevada a ousadia de recordar que no comentário final produzido por uma comissão nomeada para o efeito pela ANAFS, associação a que pertenço, se lamentava que o nível de ambição tivesse uma fasquia longe do que se poderia almejar.

A situação presente abre-nos caminho para que, paralelamente, se aproveite a oportunidade para uma mobilização da comunidade científica e das populações em geral para reflectirem no sentido do que a cada um compete perante situações de flagelos naturais ou criados pelo homem.

O abalo telúrico, entre outros teatros de catástrofe, seguido ou não de tsunamis e terramotos, é encarado como algo de terrífico, mas



de todo não racionalizado como um fenómeno natural, mais ou menos susceptível de acontecer, em função duma área geográfica mais ou menos propensa àquele tipo de ocorrência.

Há que para além da distribuição, convenhamos meritória e útil, de panfletos em que se recomendam comportamentos individuais ante situações de emergência, criar toda uma cultura de Protecção Civil identificável para o grande público.

Naturalmente que não se pretenderá confabular sobre os pontos de vista de Rousseau ou Voltaire sobre o terramoto de 1755, ou ainda sobre o Banco de Gorringe, passando pela lucidez e pragmatismo iluminista de Pombal "enterrando mortos e dando morada a vivos", encarando o fenómeno da natureza como algo natural e não especificamente como um castigo Divino a aspergir água benta ao gosto do malogrado Gabriel Malagrida.

Essa cultura terá de ser forçosamente inteligível para o leigo, pois as populações serão os maiores recipientes das acções a implementar, sem esquecer que elas são indubitavelmente a grande vítima das catástrofes e de eventuais omissões que as poderiam minorar.

De ponderar que hoje, ainda, a concepção que se tem de Protecção Civil em Portugal é a de uma organização incumbida de combater fogos e uma acção social que promove temporariamente alojamento a sinistrados e pouco mais.

Naturalmente concepção incompleta, arreigada a figurinos irremediavelmente ultrapassados e que conviria repensar.

Compete ao homem através da sua acção criadora – e não na vã especulativa procura de um oculto desígnio divino – encontrar razões e as causas de uma felicidade à sua altura, isto é, sempre possível e efémera. É preciso trabalhar no nosso jardim. (Rousseau)

Assim seja. Trabalhemos no nosso jardim. ■

Explicação necessária

O REFERENCIAL ACOLHE nas suas páginas um conjunto de textos da autoria de Nuno Pinto Soares sobre o tema genérico "Os cristãos e a sociedade actual".

Trata-se de uma colaboração que só agora se inicia em virtude de a agenda das duas últimas edições não ter permitido que dedicássemos o espaço conveniente às matérias que hoje publicamos.

Nuno Pinto Soares explica como se posiciona na abordagem dos temas que pretende trazer para estas páginas. Da parte de *O Referencial* importa sublinhar o posicionamento editorial sobre a matéria.

É sobre o problema do religioso que Nuno Pinto Soares se ocupa. Trata-se de uma questão individual do Homem que se projecta e manifesta em expressões comunitárias da sociedade e perante as quais *O Referencial* se afirma neutro, abstendo-se de quaisquer proselitismos.

Esse posicionamento não nos impede, porém, de acolher nestas páginas as reflexões e os temas que Nuno Pinto Soares vem tratar, mesmo que o faça de uma forma empenhada e militante. Aliás, saúda-se até o gesto corajoso de um cristão que se expõe e não teme vir a este pequeno areópago exprimir publicamente a sua forma de estar na vida. Do mesmo modo, obviamente, daremos guarida àqueles que porventura se sintam interpelados pelos textos de Nuno Pinto Soares e os desejem debater.

JAS

Os cristãos e a sociedade actual

Nuno Pinto Soares

Introdução

AO INICIAR UMA colaboração em *O Referencial* sobre este tema, gostaria de fazer duas reflexões:

1 - Que linha de questões pretendo seguir?

2 - Elaborarei textos pessoais ou apresentarei textos escolhidos?

À primeira questão responderei que é meu objectivo não ter qualquer sequência lógica redactorial.

Escreverei no momento em que me sentir inspirado por qualquer leitura que ocorra, por qualquer facto imediato que me toque, ou por qualquer impulso ocasional.

Entre outros eventuais inconvenientes, ressalta o facto do possível (quase certo) desfasamento temporal das minhas reflexões, atendendo a que logo que escritos os envio para *O Referencial* sabendo que este é trimestral.

Todavia não julgo que daí resulte qualquer perda de interesse (para quem goste do tema…), já que estas questões "cristãs", nunca perdem interesse.

Quanto à segunda questão, também gostaria que me dessem alguma atenção.

Tive uma longa fase da minha vida em que fui fervorosamente (e simplesmente) cristão, vivendo esse estado de espírito de uma forma individual.

Há anos, decidi que coerentemente me deveria integrar num dos muitos caminhos cristãos possíveis.

Voltei a ser católico, agora praticante convicto, dando expressão à minha forma de estar na vida. Todavia esta coluna, intitulando-se "Os cristãos e a sociedade actual" é isso mesmo, pretende ter uma base em Cristo e não (exclusivamente) católica.

Sou um leigo, o que significa que não vou preencher este espaço com ideias próprias.

Não sendo teólogo, não cairia na insensatez de criar doutrina.

Assim limitar-me-ei a reproduzir livros, factos, textos, citações, etc., do que vou lendo e aprendendo, com a certeza de que sejam matérias que me seduzam, quer por concordar, quer por as considerar de conteúdo saudavelmente polémico. Sempre, obviamente, citando os seus autores.

Certamente que manifestarei sempre, breves comentários pessoais.

Esta colaboração com *O Referencial* resulta de uma vontade pessoal, desde logo aceite pelo Vasco Lourenço e pelo Pedro Pezarat Correia.

A A25A sendo uma entidade continuadora dos ideais de solidariedade humana que nos lançou para o 25 de Abril, penso que também tem espaço para uma forma de estar no mundo que visa fundamentalmente a fraternidade. Todavia, deixo desde já aos estimados leitores o pedido de que, quando for caso disso, manifestem a sua discordância com esta "coluna".

Uma referência reconfortante

CHEGA A MADRUGADA do 25 de Abril.

Sou chamado para o Conselho de Estado e posteriormente da Revolução.

É verdade, sim senhor.

Era a vez de uma, ou várias gerações, ingenuamente, exercitarem e acreditarem (?) no marxismo.

Aliás só o conhecíamos pela propaganda clandestina em tons cor-de-rosa…

Eu que tanto fui amigo dos pobres (acreditem), tinha agora que os "substituir" pelos proletários…?

Eu tinha que encontrar uma nova roupagem para o meu "ídolo" de sempre: Cristo.

Numa incursão à Praça do Chile, encontrei a solução. Afinal Ele ali estava como que por milagre.

Vendiam-se (baratos) uns posters, com o revolucionário que eu há muito sabia existir.

Comprei um e logo o encaixilhei.

Pendurei na entrada da minha casa de então, onde muito se conspirou.

Hoje vivo em outra casa, e o poster lá continua cada vez mais actual.

Continuo a encarar a evolução das sociedades, com o poster num braço e a "doutrina social da igreja" noutro braço.

Já a leram?…

Convenço-me de que talvez soubesse, hoje, resolver parte dos problemas deste mundo, que "corre atrás" do "poder, dinheiro sexo e droga".

Acreditem. Voltaria agora como então, a ser alcunhado de, comunista. Pouco importaria.

Tenho a convicção de que São Pedro me abriria a porta.

Continuo a encarar a evolução das sociedades, com o poster num braço e a "doutrina social da igreja" noutro braço.

Comigo irá o poster e o livrinho "quente": a Doutrina Social da Igreja.

Tentarei fazer lá o meu "doutoramento…"

Assim espero.

O primeiro capítulo está já escrito: "o que fiz durante o Verão Quente".

Espero que Jesus me dê uma boa nota…

Jesus Revolucionário

Procurado pela polícia

Jesus Cristo, o Messias, o filho de Deus, o Rei dos Reis,

o Senhor dos Senhores, o Príncipe da Paz.

Chefe notável dum movimento clandestino de libertação.

Procurado pelas seguintes acusações:

exercício ilegal de medicina;

fabrico de vinho;

distribuição de alimentos sem licença;

interferência nos negócios dos vendedores do templo;

associação com criminosos notórios, revolucionários e mulheres de má vida.

pretensão de fazer dos homens, filhos de deus.

Aspecto: tipo "hippy", cabelos compridos, barba, túnica e sandálias.

Frequenta os bairros pobres.

Tem poucos amigos entre os ricos.

Retira-se com frequência para o deserto.

Cuidado: este homem é extremamente perigoso.

A sua mensagem, insidiosamente inflamatória, é de modo especial perigosa para os jovens, que até agora não conseguiram ignorá-lo.

Ele quer modificar os homens e pretende libertá-los.

Atenção: Ele ainda anda à solta. ■

A Igreja Católica e a crise

NUNO PINTO SOARES

QUANDO O VATICANO, através do papa João Paulo II, renovou a tão esperada, pelos cristãos, "doutrina social da Igreja", houve a esperança de a considerar nas suas propostas.

Porém, o texto era "subversivo " principalmente para a maioria dos políticos, dirigentes, financeiros e capitalistas (as regras têm excepções) que fizeram (convenientemente), por a ignorar.

A Igreja tem vindo a insistir na sua divulgação.

É um vasto programa de acção que não deixa de lado, nenhum aspecto da vida dos cidadãos, neste mundo desvairado.

É simplesmente notável para quem quer mesmo a justiça social, mas os "grandes" (com excepções) não a querem.

A crise financeira abateu-se sobre nós.

Que diria a Igreja? A resposta não se fez esperar.

A Secretaria de Estado do Vaticano aprovou um documento (em Fevereiro passado) do Conselho Pontifício Justiça e Paz contundente. Vou citar algumas passagens: (os títulos são de minha responsabilidade)

Prática fraudulenta

O longo documento diz que esses mercados "mantiveram uma trama de práticas económicas e financeiras" como "fugas de capitais de proporções gigantescas", fluxos "motivados por objectivos de evasão fiscal", práticas de facturação fraudulenta e reciclagem de "actividades ilegais".

O triplo da ajuda da OCDE

No documento, ainda de acordo com a mesma fonte, recorda-se que os centros *offshore* movimentam "cerca de 860 mil milhões de dólares por ano" (mais de 660 mil milhões de euros). Isto equivale a uma fuga fiscal de quase 255 mil milhões de dólares, mais do triplo do montante da ajuda pública ao desenvolvimento por parte dos países da OCDE.

Reforço importante do papel do Estado

Para os responsáveis da Santa Sé, a solução da crise financeira passa por um pacto internacional e por um reforço do papel do Estado: "Os mercados financeiros não podem operar sem confiança. (...) O bom funcionamento do mercado requer um importante papel do Estado."

Blindagem aos mais pobres

Encontrar novas formas de coordenação internacional em matéria monetária, financeira e comercial", evitar o "proteccionismo" e apoios à ajuda pública ao desenvolvimento são outros caminhos apontados pelo documento do Vaticano. Do mesmo modo, o sistema não pode continuar "blindado" aos mais pobres, com os países menos desenvolvidos a financiar os mais ricos.

Valor do trabalho empurrado para trás

A crise financeira expôs uma profunda crise espiritual e um conjunto de valores mal orientados, O sentido e o valor do trabalho humano foram empurrados para trás, na luta generalizada pelo lucro', dizem os bispos, citados pelo serviço noticioso do Conselho Mundial de Igrejas.

Qualidade de vida e felicidade

Cabe aos cristãos" mostrar aos seus concidadãos que "a moderação pode ser sinónimo de qualidade de vida e felicidade porque ajuda a distinguir o essencial do supérfluo", afirma o documento.

Acabar em lágrimas

O bispo holandês Adrianus Van Luyn afirmou, entretanto, que "um modelo económico baseado no consumo continuado e ilimitado dos recursos, só pode acabar com lágrimas". (fim de transcrição)

Enfim surge-nos, do Vaticano, o consolo. Povos humildes e justos, tende esperança.

Pela inspiração de Cristo temos que lutar por uma liberdade e igualdade que nos foi prometida há dois mil anos.

A Igreja portuguesa e associações cristãs também já se manifestaram. A Comissão Nacional Justiça e Paz produziu um notável documento que infelizmente não cabe nesta coluna. Por minha exclusiva responsabilidade escolho alguns pensamentos.

O Mundo está mergulhado numa crise civilizacional profunda e, talvez, na maior crise económica, desde 1929.

De há muito que se vinham acumulando sinais de mal-estar associados ao modo de funcionamento da economia, esta cada vez mais globalizada, dominada pelo capital financeiro e funcionando em mercados globais desregulados.

A crise financeira, que eclodiu nos Estados Unidos há cerca de dois anos e tem vindo a desabar sobre a economia real da generalidade dos países, desde meados do ano passado, veio pôr em evidência deficiências estruturais e o mau funcionamento do sistema económico-financeiro, no seu conjunto, que se reflectem sobretudo nas desigualdades crescentes dentro dos países e entre países; na produção de pobreza e exclusão social; no desajustamento entre a oferta e a procura de emprego e maior desvalorização do trabalho humano: na insustentabilidade ambiental; nos riscos crescentes de implosão social e, por arrastamento, no risco de retrocesso sério da democracia e da consolidação da paz social

Por todas estas razões, há motivos para nos preocuparmos com o futuro da nossa economia e, consequentemente, com as condições de vida no nosso país, que já se traduzem em novas situações de pobreza e precariedade. É de recear, sobretudo, o alastramento do desemprego e do emprego precário, pela insuficiência de novos investimentos e de novas oportunidades de emprego, quando confrontados com despedimentos massivos por parte de empresas que procuram fazer face à crise por via da redução do pessoal, deslocalização ou encerramento da sua actividade por não verem condições de viabilidade económico-financeira que lhes permitam sobreviver à crise. Denotar que, em alguns casos, se recorre, abusivamente, ao despedimento apesar de os accionistas terem meios financeiros suficientes para o evitar.

Importa aqui salientar que o emprego, para além de ser fonte de rendimento, é também uma base primordial de socialização e de estatuto social, e a sua perda contribui muito para a baixa da auto-estima e para a desafiliação social."

Porém, para além da face sombria da crise, esta pode e deve ser acolhida também como um feixe de oportunidades.

Desde logo, porque torna mais evidente a urgência de uma nova arquitectura do sistema financeiro mundial. De há muito que se defendem medidas de maior transparência, controlo e regulação dos fluxos financeiros mundiais, os quais têm vindo a ser, sistemática e abusivamente, drenados para fins especulativos, sem levar à produção de riqueza socialmente útil. Presentemente, com o eclodir da crise, existe abertura no plano mundial a que se estabeleça um novo acordo monetário e financeiro internacional, à altura dos novos desafios, e à semelhança do que foi feito, no passado"

Na célebre encíclica Pacem in Terris, publicada em 1963, disse o Papa João XXIII: "O bem comum universal levanta hoje problemas de dimensão mundial que não podem ser enfrentados e resolvidos adequadamente senão por poderes públicos que possuam autoridade, estruturas e meios de idênticas proporções, isto é, de poderes públicos que estejam em condições de agir de modo eficiente no plano mundial. Portanto, é a própria ordem moral que exige a instituição de alguma autoridade pública universal".

Não pode silenciar-se, a este propósito, o relevantíssimo papel dos sistemas legislativo e de justiça, que, por razões diversas, têm visto

financeira

a sua credibilidade gravemente afectada aos olhos da opinião pública. Sendo, como são, pilares fundamentais da democracia e do Estado de Direito, é urgente que venham reconquistar a indispensável confiança do povo português.

A magnitude da presente crise traz consigo um forte apelo a que sejam encontrados novos conceitos e formas jurídico-institucionais que acentuem a responsabilidade social das empresas, impondo que dos respectivos balanços constem os efeitos da gestão sobre as condições de vida dos respectivos trabalhadores, a economia e a sociedade.

A crise constitui, também, um maior apelo à solidariedade e à inovação social. Neste domínio, um largo campo se abre a propostas como as de Muhammad Yunus, no domínio do microcrédito e do "negócio social". Se a sociedade civil vier a aproveitar estas novas oportunidades, as mesmas facilitarão o desenvolvimento de um motor de mudança que permita a emergência de modelos da organização da vida pessoal e colectiva novos, mais solidários e mais humanos.

Por último, a crise veio mostrar a necessidade de reforçar o papel do Estado nacional na condução da política económica, e chamar a atenção para a importância de uma rede de serviços públicos de qualidade em áreas fundamentais, pondo um travão à tendência de privatização e mercantilização de bens e serviços fundamentais, como o abastecimento de água potável ou os cuidados de saúde.

Diante da natureza da crise e dos seus efeitos devastadores, é também a teoria económica de matriz neo-liberal que perde credibilidade e se revela incapaz de interpretar a realidade económica. Consequentemente a efectiva resposta aos novos desafios da crise não deve ser procurada em políticas económicas assentes naquela inspiração.

Manifestamente, o mercado, só por si, não resolve, antes agrava, problemas fundamentais de adequação dos recursos às necessidades. Daí que se volte a defender maior intervenção do Estado na economia e a necessidade de estratégias concertadas de desenvolvimento a prazo. O investimento público surge como instrumento privilegiado para contrabalançar a tendência para a recessão económica, e o reforço de posição do Estado na banca apresenta-se como meio de favorecer o acesso ao crédito e agilizar a economia. Do Estado se espera também que, através de políticas sociais selectivas, minimize a perda de rendimento em caso de desemprego e acelere a formação e qualificação dos recursos humanos promovendo activamente a empregabilidade e a inovação.

Impõe-se, também, que o Estado intervenha no sentido de reduzir as desigualdades, que estão atingindo limites inaceitáveis, e de incrementar a luta contra a pobreza, atendendo a que, num momento de crise profunda, os mais desfavorecidos tenderão a ficar ainda mais desprotegidos.

Antes do mais, importa reconhecer que, tanto nas causas como nos efeitos, a presente crise mundial é económica, mas também política, civilizacional, ambiental, moral e espiritual.

Ao verificar que uma crise nascida em instituições financeiras dos EUA se estendeu ao mundo inteiro, teremos dado conta de que a «globalização» é um facto real e profundo. É tempo de interiorizarmos essa realidade, tornando-a um elemento da nossa cultura, do modo como olhamos e compreendemos a vida e o mundo. A noção de que somos membros de uma única família humana afirmou-se de modo inequívoco, infelizmente sobretudo sob a forma de uma crise.

Mas notaremos, também, que essa mesma globalização, se bem orientada, como se impõe, contém um potencial extraordinariamente rico para promover o bem da humanidade. Nesta linha de pensamento sobressaem algumas orientações:

Reconhecer que a teoria neoliberal padece de um erro antropológico grave: o de considerar que a motivação central do comportamento humano está no interesse individual, e que quando cada um procura o seu próprio interesse, a situação resultante é o bem comum da sociedade. A este erro acresce um segundo, o de pensar que o mecanismo através do qual esse bem comum é atingido é o mercado, que deve poder funcionar livremente, ou seja, em livre concorrência. Foi este, precisamente, o sistema que se mostrou altamente vulnerável à especulação, à irresponsabilidade nos riscos, a mecanismos de expansão de práticas Financeiras virtuais e descoladas da realidade.

Colocar as pessoas — e não o dinheiro — no centro da organização da economia e da sociedade.

Implica que definamos a nossa relação com a economia e a sociedade em função do que é verdadeiramente humano, rejeitando modelos materialistas de uma felicidade baseada apenas em bens materiais.

Exaltar e fazer respeitar os direitos humanos universais, a justiça e a paz como valores da Humanidade. A perspectiva dos direitos humanos tem sido pouco assumida, quer pelo Estado, quer pela sociedade civil, nas implicações práticas, sobretudo no que respeita aos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais. No actual contexto, assume particular relevância o «destino universal dos bens da terra», segundo o qual, nas palavras do Concílio Vaticano II, "Deus destinou a terra e tudo o que nela existe ao uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens da criação afluam com equidade às mãos de todos, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade". "Todos os outros direitos acrescenta o Papa Paulo VI, quaisquer que sejam, incluindo os de propriedade e de comércio livre, estão-lhe subordinados: não devem portanto impedir, mas, pelo contrário, facilitar a sua realização; e é um dever social grave e urgente conduzi-los à sua finalidade primeira".

Se as soluções para a actual crise se limitarem a "consertar" o sistema financeiro, tudo acabará por voltar ao mesmo. A desregulação, a favor da ganância irresponsável, voltará a envolver todos os domínios da vida colectiva: ambiental financeiro, económico, laboral, político e ético.

Parece impor-se, cada vez mais, a necessidade de uma nova ordem económica internacional que tenha em conta a realidade da globalização, as necessidades de desenvolvimento das várias regiões do globo, a sustentabilidade ambiental e a coesão social.

Tanto no desenho de uma nova arquitectura do sistema financeiro mundial como na definição de um novo paradigma e na construção de uma nova ordem económica mundial, a União Europeia tem um papel a desempenhar de primordial alcance e os cidadãos e cidadãs dos países que integram a União devem ser os primeiros a empenhar-se nesta tarefa.

Recordando as palavras de Jesus aos seus discípulos: "Dai-lhes vós mesmos de comer",.. a CNJP deseja que as reflexões contidas no presente texto ajudem as comunidades cristãs a olhar a crise que a todos afecta à luz da morte e ressurreição de Jesus Cristo.

É clarividente aposição da CNGP. É acima de tudo uma transposição fiel do muito que contem a "doutrina social da igreja".

Não me contenho, mesmo pecando por um cristianismo radical (que a Igreja não podia manifestar). "Perdoai aos pecadores", disse-nos Cristo.

Não tenho mais paciência para tão belo pensamento evangélico. Eu e sei que muitos cristãos.

Já morreram milhões de pobres no mundo. Também por este mundo já há milhões de desempregados. a globalização poderá trazer aos dias que se aproximam, crises mundiais incontroláveis.

Que Cristo salve os homens bons, quer sejam cristãos ou não.

Que Deus leve para o fundo do inferno, quem nos deixou neste estado. ■

A REVOLUÇÃO DE ANTÓNIO E ORIANA

Novo romance sobre Abril apresentado em Lisboa

JOAQUIM SARMENTO

VIVI INTENSAMENTE a revolução do 25 de Abril. Vivi e amei a revolução e chorei, por isso, o fim das suas utopias com a solidificação duma democracia representativa, claramente insuficiente para responder aos meus sonhos de transformação do mundo. Termina aqui, em Lisboa, o périplo de apresentações deste meu livro. Sou um lamecense e duriense. Não é por acaso que este romance se situa primacialmente no Douro. Balsemão e Rio Doce são terras durienses no duriense que sou.

Da casa onde nasci, ouvia-se o rumor do rio… Sou filho do Douro e os meus olhos têm na menina destes…uma paisagem cultural única, cotejada em socalcos duros e aromáticos, cheios de bardos de uvas produzidas por entre sombras cálidas e gritos silenciados. O serpenteado do rio, com as suas curvas de mulher destemida e reprodutora, paria no bojo a alegria das cantigas ao desafio e um conjunto de tradições e lendas, umas de amor eterno e outras de desgraças divinas em torno desse néctar precioso, esse vinho de tom escarlate que os barcos rabelos levavam para terras longe dos meus idílios. O Douro povoou a minha aventura onírica, o acervo de emoções do esplendor da paisagem onde cresceu o meu afecto, o meu sonho colombino.

Quando entrei na Faculdade de Direito de Lisboa (1970) fervilhava no meu espírito a atracção por Coimbra. Fascinado, então, pela silhueta romântica da princesa do Mondego, não compreendia ainda a estreiteza dos meus horizontes, especados somente no fulgor da capa e batina dos seus estudantes. Lisboa, contudo, rapidamente se apoderou de mim. Os seus crepúsculos, o Tejo, as gaivotas, as águas furtadas, as ginjinhas, as varinas, as sardinhas, as colchas nas janelas, as marchas populares, o Bairro Alto e os seus amores, o fado, Amália, as matinés com Visconti, com Bergman, com Fellini e Antonioni, as tertúlias torradas de luar e dos licores de Shakespeare, de Marx e do inseparável Engels, por entre o restolho kitsch do maoísmo então cheio de ganga operaria de qualidade, e ainda sobravam Sartre, Camus, os clássicos, num quadro de declínio acentuado do materialismo histórico e neo-realismo.

No Douro aprendi a sonhar… em Lisboa aprendi a viver. Abril foi, por conseguinte, a passadeira vermelha por onde se soltaram todos os rouxinóis, belos como um adeus, prisioneiros dum tempo desprovido de liberdade e de justiça. Os primeiros dias que se seguiram ao golpe militar foram inebriantes. As imagens televisivas mostravam a saír das cadeias muitos rostos que eram ícones da oposição; os comboios e os aviões colocavam na terra de Camões muitos exilados. As pessoas iam paulatinamente perdendo o medo, expressando-se de múltiplas formas e a manifestação do 1º primeiro de Maio em Lisboa foi mesmo empolgante pela quantidade, quiçá nunca mais repetida, de portugueses que tinham saído à rua e pela intensidade da sua alegria, numa espécie de bodas de Canaã.

Encontrei lá António e Oriana, meus colegas da Faculdade de Direito, com quem tinha uma relação afectiva, mas que já não via há algum tempo. Desde aquela tarde, era um sábado sombrio, cor de azeitona, estava a aproximar-se o ano novo de 1974 e fomos com mais alguns colegas para a água furtada onde António e Oriana moravam. Fomos ouvir o *long-play* de Zeca Afonso "Venham mais cinco", acabado de ser lançado. Nessa tertúlia radiosa registei as diferenças ideológicas acentuadas entre os dois namorados que não diluíam mas, pelo contrário, agigantavam, ainda, os olhares de intensa paixão de um e outro. Tal paixão seduziu-me e povoou-se-me na memória, convertida neste romance.

Este livro é, pois, e naturalmente uma revisitação ficcionista alegre e festiva ao 25 de Abril. Não é um ensaio sobre a revolução. O seu narrador, que Alberto Martins reconhece como a grande figura do romance, porém, colocando, quiçá a foice em seara alheia, é severo para com aqueles que se quiseram arvorar em seus mandarins. A severidade é do narrador que não se confunde com a minha. Direi, no entanto, que a tentativa lograda de alguns em sovietizarem o país dividiu profundamente a sociedade portuguesa e dificultou, e, em alguns casos impossibilitou mesmo, a implementação de reformas estruturais.

António, personagem romântico, sente na pele e no coração essa apropriação do fim da gesta abrilista, que tanto prometeu e tantos sonhos e quimeras sepultou. Inicialmente, quiçá por efeito da força mitológica dos seus "companhons de route," ainda lhes concede o benefício da dúvida, sobretudo enquanto acreditou na infalibilidade da teoria marxista-leninista. Se a praxis nos países de leste era um monturo de perversões, tal dever-se-ia somente à má aplicação do ideário comunista. O pior foi quando António descobriu que essa teoria, ao prever o fim da história, era em si potenciadora de totalitarismos. Nesse momento António compreendeu amargamente que a revolução que sonhara já fora… e corria-se o risco de se voltar a outra longa noite…

O socialismo de Soares não convencia António, mas a democracia de Cunhal ainda menos.

À medida que o processo revolucionário avança, os dois maniqueísmos, o salazarista e o comunista estão prestes a ajustar contas, sendo certo que qualquer que fosse o vencedor, a democracia socialista passaria a ser uma miragem. Valeram na circunstância os militares que ficaram ligados ao "Documento dos Nove", que tem no rosto e estrutura intelectual de Melo Antunes, que alguém designou por militar civilista e intelectual fardado, a sua principal referência. Por isso, combateu em pleno verão quente e, em nome da democracia, o partido comunista e, também, em nome da democracia, combateu os desejos não ocultos duma direita salazarenta em estigmatizar e, se possível, marginalizar e perseguir os comunistas. Essa coerência, resultante de uma invulgar cultura humanística, e de uma discrição que fugia ao protagonismo fácil e balofo, fazem de Melo Antunes uma figura ímpar do 25 de Abril, a tête politique como o designou com muito a propósito Eduardo Lourenço. Defensor do "máximo de revolução possível," que não afogasse nunca a democracia leva-me a concluir que Melo Antunes, sonhador pragmático, como é designado numa obra do Centro de Documentação de Coimbra que não dogmatizava a razão nem dispensava o coração foi uma figura, senão a maior, uma das personalidades destacadas da pureza ideológica do 25 de Abril. Estas minhas apreciações justificam que lhe tenha dedicado o meu romance, sabendo, de antemão, que defender e falar de Melo Antunes, completamente fora de moda, esquecido pelo poder, não é politicamente correcto. Nas pessoas de suas filhas e de seu irmão, aqui presente, eu exprimo a minha admiração pelo ilustre capitão de Abril.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Os socialistas com Mário Soares na batuta ganham a batalha da democracia, sendo determinante o grande comício da Fonte Luminosa em 19 de Julho de 1975. Os maniqueísmos são derrotados mas o sonho de António da construção duma sociedade em que todos os homens pudessem ser livres também é vencido e, por isso ele chora o fim da revolução.

A revolução que vai triunfar é a revolução interior de António e Oriana que se sustenta na paixão de ambos um pelo outro.

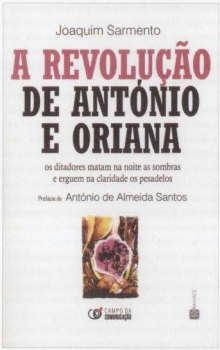
As revoluções são sempre políticas e deixam no limbo do esquecimento ou apenas na casca dos seus ovos de fecundação os valores da

moral e da ética e o que mais me seduz nos comportamentos dos personagens do romance e por arrastamento as suas opções é precisamente o fermento de vida, os afectos que comandam ou privilegiam sua respiração quotidiana.

Apesar disso e, talvez por isso, as personagens reflectem-se num pensamento de Oriana: as revoluções só existem na magia das crianças. O Clube da Utopia é o espaço dessa perspectiva que habita as margens da revolução que a corrente radical não afaga e a corrente moderada respeita, mas não estimula encontra eco em algumas personagens femininas que ocupam o gineceu romanesco. Oriana, Maria, Helena, "a doce"Helena, são em ritmos e tonalidades diferentes o espelho das utopias que o processo político cada vez mais empurrava para a margem da margem da interrogação que o poder desprezava. É no quadro dessa utopia que é invocada Maria de Lourdes Pintasilgo, de quem Maria Asdrúbal se confessa discípula e caracterizada como mulher visionária, carregada de utopias e cujo sorriso tem o pólen das rosas de Maio. Daí eu lhe ter dedicado, igualmente, o livro, reconhecendo aqui que foi a personalidade política do Portugal democrático que mais me atraiu e que algum poder político machista e reaccionário vilipendiou em vida e desprezou na hora da sua morte não lhe tendo sido concedidas as honras de Estado que merecia. Mulher de superior inteligência e deslumbrante cultura, Pintasilgo foi a águia real que muitas vezes os corvos em bando obrigaram a voar sozinha mas que procurou sempre o alimento que pudesse afagar solidariamente o sofrimento dos outros. Na pessoa da Sr.ª Dr.ª Maria de Fátima Grácio, sua parente próxima, presto-lhe aqui esta singelíssima homenagem.

Esse espaço de utopia desponta no coração do Douro, mais precisamente no solar da Verdizela situado em Rio Doce, freguesia rural de Balsemão, freguesia e cidade ficcionadas que também vivem, no seu ritmo e nos seus valores, a revolução. Este romance analisa o 25 de Abril, não a partir do centro, mas da periferia distante, como Rio Doce e Balsemão e citando o Dr. José Mário Ferreira de Almeida é o único registo de alguns marcantes episódios ocorridos nas terras de Balsemão, ocorridos no período revolucionário nos anos de 1974 e 1975.

A "Conversão de São Paulo" de Caravaggio é, no fundo, na sua simbologia recheada de sinais e epifanias, a fonte recorrente de todos ou quase todos os personagens do romance ávidos da luz, duma luz de Damasco que a



O romance "A Revolução de António e Oriana" foi apresentado em Lisboa, no dia 21 de Outubro de 2009, em sessão pública que decorreu na sede da Associação 25 de Abril

revolução de Abril começou por ser, acabando por se apagar numa combustão lenta e inundar de penumbra as folhas outonais de Novembro. Não esqueçamos, contudo, que Adriano nascera poucas horas antes cheio de luz e obtivera a bênção do pai: "Eu te baptizo de Adriano, imperador dos ideais da liberdade e da fraternidade do mundo inteiro". As luzes de Abril e de Damasco confluem no pequeno Adriano, que é portador da esperança num mundo novo.

Mundo novo que não se compagina com os princípios do neoliberalismo dominante, principal responsável pelos desequilíbrios económicos e sociais.

A minha presença aqui é um acto de resistência. Não me conformo com o domínio hegemónico das grandes editoras que catapultam autores e obras de valor duvidoso e colocam os "media" ao serviço das suas estratégias. Tal como assistimos à implantação florentina dos cronistas do regime, os pseudo-independentes e os subservientes, também se vêm impondo os escritores do regime que escrevem por interpostas pessoas para massajar a futilidade e a mediocridade.

Tenho recebido o testemunho de dezenas de leitores de diferenciadas sensibilidades que me têm exaltado os méritos e a excelência do livro. Tenho, por conseguinte, orgulho na qualidade literária do meu romance. Por isso estou aqui a apresentá-lo na certeza que todos vós partilhais ou partilhareis comigo essa avaliação positiva.

"Pensei que a rosa vermelha que me oferecias tinha o condão de transformar a minha rua, a vizinhança, a álgebra da escola, as cores de violeta triste do jardim em frente, a forma tosca do meu copo de água, o sabor dos licores e a cor das tapeçarias do comendador da vivenda que deitava para a minha água furtada. Pensei que entre o murmúrio do mar e o sol poente escarlate jamais aparecesse o escárnio, a condenação, o som da baioneta, a usura, a traição, a violência, a fila dos deserdados e excluídos da sorte e das leis.

Cedo comecei a desconfiar da rosa vermelha que nessa madrugada me ofereceras. Chamavam-te Revolução, mas depressa empalideceste, restaurando alguns demónios do império perdido, acomodando-te ao ruído de vozes sarapintadas de recheio de pacotilha oca.

As revoluções, afinal de contas, só existem na magia das crianças. Insisto, contudo, em conservar na bolsa marsupial da minha memória a hora triunfal do teu vestido arco-íris, alumiado por um sorriso gaiato, fresco e ladino de mensageira das "mil e uma noites".

Falei de mim. Mas como posso eu falar do meu romance, sem falar de mim?

Tal com António, também eu chorei a morte da revolução. Não morreu o meu desejo e a minha vontade de transformar o mundo. Amo este romance, como amo a vida e quero continuar a sorrir ante o fio de luz que me acorda e que eu saúdo todas as manhãs. ■

Descolonização Portuguesa O Regresso das Caravelas

CARLOS DE MATOS GOMES

NO DIA 30 DE SETEMBRO de 2009 foi apresentado na sede da Associação 25 de Abril o livro «Descolonização Portuguesa – O Regresso das Caravelas», do jornalista João Paulo Guerra.

João Paulo Guerra é um jornalista da geração da transição – a dos jovens dos anos sessenta, que fizeram a guerra colonial e viveram a sua vida de adultos no pós-25 de Abril. João Paulo Guerra, cumpriu o serviço militar em Moçambique, no Quartel-General de Nampula e fez depois uma longa carreira nos jornais e na rádio. Publicou sobre tema da guerra «Memória das Guerras Coloniais», uma obra de referência, um concentrado de factos apresentados com grande rigor, numa linguagem limpa e clara.

Rigor, simplicidade de linguagem, clareza são de novo as características deste livro de João Paulo Guerra, que é o desenvolvimento de uma série de reportagens transmitidas pela TSF, distinguidas com todos os prémios de reportagem atribuídos em Portugal. Um livro de um jornalista, de um grande jornalista, diga-se. Do tempo em que os jornalistas serviam os leitores e não se exibiam aos leitores, aos ouvintes e aos espectadores.

A capa do livro contém algumas indicações importantes como ponto partida: «Um documento único para compreender um dos maiores dramas da História de Portugal» e «Prefácio de Melo Antunes». A edição é da Oficina do Livro e a apresentação da obra foi feita pelo professor António Borges Coelho.

A frase de promoção do livro refere a descolonização como um «dos maiores dramas da História de Portugal». O autor nunca se refere à descolonização nestes termos. Nem existem depoimentos no livro que sustentem a afirmação. O que existem, isso sim, são caracterizações da descolonização: Inevitável, possível, um abandono, uma traição. São estas as palavras usadas pelos trinta e cinco diversificados actores e protagonistas deste livro construído através das perguntas do autor. Perguntas que são o segredo dos grandes jornalistas: João Paulo Guerra coloca as questões que o comum dos leitores faria se tivesse a oportunidade de encarar os interlocutores que constam da longa e rica lista de entrevistados.

As mesmas perguntas suscitam respostas diversas dos vários intervenientes. Ao leitor é dada toda a vantagem. E então, ao lermos as perguntas e as respostas, percebemos que não existiu na descolonização portuguesa nenhum drama histórico. Dramas e tragédias pessoais, isso sim, mas fica claro que a existência de Portugal como nação nunca esteve em perigo com a descolonização. Nem com a colonização, sublinhe-se. Em perigo estaria Portugal se a descolonização não tivesse ocorrido. Esta é uma conclusão dos depoimentos do livro. Uma outra questão muito pertinente: porque foi entregue a soberania dos novos estados aos movimentos de libertação que lutaram pela independência? E a resposta, em múltiplas vozes: era possível entregar a independência aos que não lutaram por ela? E era possível aos que não lutaram por ela lutar contra os que já há treze anos lutavam por ela? O mundo não é um baile de debutantes.

Este livro de um grande jornalista dá respostas, aparentemente sem as dar. Apenas deixando os seus interlocutores falarem. É um livro subversivo. Destruidor de mitos imperiais. Que império poderia ser mantido se os generais do império estavam contra o imperador e a sua política? As declarações dos generais Spínola, Costa Gomes e Kaúlza de Arriaga são unânimes no diagnóstico: a política ultramarina do governo era insustentável e conduzia ao desastre que arrastaria não só o império como a metrópole colonial. Também é aos grandes actores deste tempo histórico que João Paulo Guerra ouve dizer que o Exército de África, ao fim de treze anos, estava esgotado, desmoralizado, desejoso do fim da guerra, incapaz de servir de respaldo a qualquer imposição durante processo de negociação. Este exército de África, com os seus centuriões no comando das companhias e dos batalhões, era o povo de Portugal, convém dizê-lo.

São estas as condições no terreno para a descolonização. Mas o que estava antes, o que estava por cima? Para saber, é indispensável ler o prefácio de Melo Antunes. É neste prefácio que encontramos os valores, os princípios que nortearam a acção política dos militares portugueses responsáveis pelo 25 de Abril relativamente ao direito à independência e autodeterminação dos povos das colónias que fundamenta a descolonização. O prefácio de Melo Antunes sistematiza e clarifica o pensamento dos militares de Abril quanto à questão colonial e é um notável texto para cada um de nós se interrogar sobre o que fez, sobre o que fizemos. Temos aqui a excelente oportunidade de o ler e reler.

Por fim, o livro de João Paulo Guerra confronta-nos com a pergunta essencial, a de sabermos se, como povo, estivemos à altura do que a História nos exigia naquele momento. A resposta encontra-se nas muitas respostas dadas no livro. Nenhuma delas descobre outra solução que não seja a que foi tomada: Descolonizar, reconhecer aos povos das antigas colónias o direito elementar de se assenhorearem do seu destino. Como nós fizemos há quase um milénio.

O livro inclui ainda uma «Viagem ao Fim do Império», sobre o derradeiro episódio da descolonização portuguesa de Timor e uma cronologia de factos desde o 25 de Abril de 1974.

Num tempo de fantasistas históricos, de inventores de gloriosos passados, de patrioteiros exaltados e descabelados, que não ultrapassam o nível dos livros da antiga quarta classe da escola primária, é reconfortante ler um livro como este, em que os grandes actores do último capítulo do Império, quer os que defendiam a sua manutenção, como Kaúlza de Arriaga, quer os que não lhe reconheciam qualquer viabilidade, como Ernesto Melo Antunes, têm da nossa História uma visão cautelosa, de saber de experiência feito, muito longe dos delírios dos que criam histórias de Portugal como saltimbancos atiram labaredas de fogo pela boca. Eis pois um livro para gente séria, sem preconceitos, sem delírios febris de patrioteirismo. Um livro ao arrepio do fanatismo de que este assunto é tantas vezes vítima. ■

Os que nos vão deixando

PEDRO DE PEZARAT CORREIA

A A25A PERDEU, RECENTEMENTE, mais dois dos seus sócios fundadores. Artur Baptista e Rangel de Lima eram militares de Abril dos que, sem desprimor e neles me incluo, apenas porque eram mais velhos e mais graduados costumo situar fora da geração dos "genuínos capitães de Abril", que arrancaram com o "Movimento dos Capitães" e depois constituíram o grosso dos operacionais do MFA que na madrugada de 25 de Abril de 1974 levantaram as suas tropas e deram um contributo decisivo para a libertação do seu povo. Mas foram dos poucos das suas gerações que aderiram ao MFA desde a sua origem, nele desenvolveram tarefas de muito mérito e se mantiveram fiéis aos seus ideais até morrerem.

JOÃO PIZARRO RANGEL DE LIMA
(17/6/1924-18/9/2009)

Era já brigadeiro da Força Aérea e segundo comandante da Região Aérea de Moçambique no 25 de Abril de 1974. Foi dos muito poucos oficiais das Forças Armadas Portuguesas que, sendo já oficiais generais, aderiram sem reservas ao MFA. Por isso, quando o comandante da Região, general Diogo Neto, foi chamado a Lisboa para integrar a Junta de Salvação Nacional, Rangel de Lima foi promovido a general de três estrelas e ficou a comandar a Região Aérea onde se manteve até à independência de Moçambique. Com o refluxo da maré depois do 25 de Novembro de 1975 também viria a pagar a factura do seu empenhamento no MFA e no processo de descolonização, tendo sido marginalizado na Força Aérea.

Já na reserva licenciou-se em Sociologia e desenvolveu uma intensa actividade de investigação na área da sociologia militar, participando em muitos colóquios e congressos, em Portugal e no estrangeiro, e tendo publicado interessantes estudos destas matérias. Viria também a integrar o grupo dos Generais pela Paz, que reunia generais de muitos países da OTAN, do PV e de Países Não-Alinhados, tendo sido, com o marechal Costa Gomes, os únicos generais portugueses para tal convidados. Para além de ter sido sócio fundador da A25A foi um dos poucos que integrou o grupo restrito que oficializou no notário o seu nascimento formal.

Enquanto a saúde lho permitiu era frequentador assíduo das actividades da Associação, tendo sido mesmo presidente do Conselho Fiscal e foi com muita mágoa que o vimos deixar o nosso convívio.

ARTUR FERNANDES BAPTISTA
(3/7/1931-29/7/2009)

Era da minha geração – um ano mais antigo – e ficámos amigos desde que fomos contemporâneos na Escola do Exército. As nossas carreiras cruzaram-se frequentemente, na Índia (1954--1957) onde iniciámos as nossas comissões nas colónias se bem que em batalhões diferentes e na Guiné (1971). Indirectamente também os nossos percursos se cruzaram em Angola pois em 1966-1967 comandei uma companhia nos Dembos, com sede em Vista Alegre, onde o Artur fora pioneiro em 1961-1962 e desenvolvera uma acção brilhante com a sua companhia, que lhe mereceu a condecoração com o Valor Militar e a promoção a major por distinção. Pude ainda constatar localmente a sua notável acção, nomeadamente na recuperação de populações fugidas nas matas e no apoio que lhes prestou. Depois de ter feito o Curso de Estado-Maior chefiou na Guiné a Repartição de Operações, sob o comando do general Spínola. Logo a seguir ao 25 de Abril, na minha primeira vinda de Angola a Portugal, tive a satisfação de o encontrar como chefe de Estado-Maior do COPCON e constatar que estávamos do mesmo lado da barricada. Há ironias na vida dificilmente entendíveis e, afinal, seria o seu empenhamento no mais dignificante acto do Exército Português dos tempos recentes, o 25 de Abril, que acabaria por liquidar a sua brilhante carreira militar. O ajuste de contas dos derrotados de Abril, quando os tempos lhes voltaram a sorrir, não teve contemplações.

Depois da passagem à reserva licenciou-se em Finanças e distinguiu-se na actividade editorial, com a Tricontinental (mais tarde Trinova), que publicou obras diversas mas principalmente foi a editora em Portugal dos Cadernos do Terceiro Mundo e do anuário Guia do Terceiro Mundo (a última edição de 2000 com o título Guia do Mundo), que ainda hoje constituem úteis fontes de consulta.

Foi sempre um companheiro activo na A25A tendo chegado a integrar a sua Direcção. E compartilhámos uma tertúlia de militares de Abril que frequentou enquanto a saúde lho permitiu. Porque foi difícil o final da sua vida atormentada pela doença. O Artur deixou entre nós o vazio da sua ausência. ■

Caro Dores Sousa

Embora não sendo do teu curso, tive o privilégio de conviver e servir contigo em várias unidades da nossa Marinha e principalmente tive a honra de te ter como amigo e camarada.

Sabes bem a confiança, o respeito e amizade que por ti tinha.

Se como homem foste um exemplo para esta sociedade contagiada pela falta de valores e princípios, como marinheiro e oficial de artilharia foste uma referência para a instituição e para o país.

O teu bom senso e o teu sentido de lealdade para com o povo português e para com o MFA em 25 de Abril de 1974 a bordo da Fragata NRP *Almirante Gago Coutinho* (F473), foram fulcrais para que a Revolução tivesse triunfado, pois hoje está mais que provado que se o nosso navio tivesse aberto fogo de munições de exercício para o ar, a história hoje seria bem diferente.

A tua humildade e a tua preocupação de não protagonismo ofuscaram a importância do teu acto, mas penso que é a altura dos teus camaradas e principalmente os mais jovens saberem quem foi o comandante Mário Ceríaco Dores Sousa e o país reconhecer os teus feitos.

Estou certo que um dia nos reencontraremos e aí teremos tempo para revivermos momentos inesquecíveis das nossas vidas.

Às tuas filhas Rita e Helena o meu abraço solidário. ■

Fernando Caldeira Santos

Associados falecidos

Registamos o falecimento de João Pizarro Rangel de Lima (sócio fundador), Mário Ceriaco Dores (sócio fundador), Artur Fernandes Baptista (sócio fundador), Nelson Heitor (sócio efectivo), Rui Fernando Freitas Morna (sócio efectivo), Guilherme Augusto Espinha R. Carvalho (sócio efectivo), Raul Solnado (apoiante), Eduardo Almeida do Prado Coelho (apoiante) e António Pedro Gonçalves de Castro (apoiante). Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências. ■

VIAGEM À JORDÂNIA

As ruínas do passado assentes num futuro incerto

DOMINGOS LOPES

A JORDÂNIA é um país cheio de História e histórias. A civilização ocidental, designadamente na sua vertente religiosa, também teve origem naquelas bandas.

Por lá passaram e se estabeleceram gregos, romanos, bizantinos, muçulmanos omeiadas, turcos, entre outros.

Aquele país está encravado numa zona charneira no Médio Oriente. Faz fronteira com Israel, Egipto, Síria, Iraque e Arábia Saudita.

Dificilmente há fronteiras mais escaldantes, em termos de clima de guerra e de conflitualidade.

A maior parte da Jordânia é constituída por zonas desérticas ou semi-áridas, onde se alcança imediatamente a escassez de água.

A sua população beduínos, é minoritária, um milhão e quinhentos mil. Os restantes são palestinianos (refugiados) e emigrantes provenientes do Egipto, srilankeses, tailandeses. Recentemente com a guerra do Iraque, dezenas de milhares de iraquianos encontram refúgio neste país.

A nossa viagem correu ao ritmo do palpitar da História que os diferentes povos foram forjando.

Nas diversas escavações visitadas eram bem visíveis as diferentes crostas invasoras, nabateias, assírias, gregas, romanas, bizantinas, turcas, árabes – umas em cima das outras.

O que não se via, mas imaginava-se eram as pilhas de ossos que custaram as diversas invasões.

Em nome dos deuses ou de um Deus os homens destruíram, construíram, destruíram, e neste movimento louco de destruição e glória a espécie humana ergueu castelos, palácios, fortificações e cidades como Petra, Jericó, Jerash, Kerak, Kharvanshari, Qasr Amra, Azrak, entre muitas outras.

Se a natureza se encarregou de alinhar as formas das areias, das montanhas do deserto em Wadi Rum, ou as gargantas de desfiladeiros em Petra ou o cume místico do Monte Nebo, o homem, esse caminhante de todos os sonhos, fez dessas obras a sua própria obra, a História.

À procura dessa obra andámos e para regalo do nosso olhar e sensibilidade durante dias percorremos os melhores passos desse nosso irmão antepassado, ora carregado de sedas, ora de especiarias, ora de metais preciosos e sempre com deus ou em deuses que lhe haviam de dar protecção.

Em cima de um templo antigo egípcio ou grego os crentes de Jesus logo o destruíram e das suas entranhas revolvidas ergueram catedrais ou basílicas; outros vieram em nome de Maomé para nesta louca aventura humana destruir a igreja e erguer a mesquita. E depois os bizantinos vieram destruir a mesquita e voltar a erguer a igreja.

Nesta luta entre o campanário e o minarete, foram os crentes que pagaram com a sua própria vida a arte das espadas ou cimitarras.

E por entre a paisagem fantasticamente desoladora e contagiante do deserto o viajante interroga-se porque é o homem o maior inimigo do homem?

Do outro lado do Mediterrâneo Israel não larga mão da Cisjordânia, de Gaza, dos Montes Golan, e já passaram mais de dois mil anos desde que a Palestina é Palestina, mesmo antes de Jordânia, da Arábia Saudita e de outros países.

Afinal as ruínas do passado estão bem presentes nas entranhas do tempo presente.

Visitamos o forte onde Lawrence da Arábia liderou a revolta de afirmação árabe e de novo as armas como pano de fundo. Em Nebatine, onde é suposto que João Baptista tenha baptizado Cristo, um posto da guarda israelita vigia de armas aperradas, tal como do lado Jordano, os que se ali se dirigem para ver rio cujo leito de vários metros foi desviado por ordens de Telavive, deixando-o reduzido a pouco mais de dois metros.

Entretanto, no tempo presente, por todo o lado o rei hachemita nos contempla. Às vezes acompanhado dos seus antepassados. Outras vezes ao lado da sua esposa e rainha. Não há sítio que eles não nos vejam. Provavelmente para proteger os seus súbditos de outras ideias. Provavelmente. O certo é que o reino tem um rei e uma rainha e um povo que lhes ergue os seus muitos palácios em Amã, Aqaba, Petra de modo a que, como nos ensinou o nosso guia, seja possível afirmar que só o irmão do Rei sabe onde ele dorme; nem os guardas.

Provavelmente para que o povo não o vá venerar e impedir que descanse do seu trabalho em prol da economia da off shore de Aqaba e da abertura aos capitais com propensão para investir no turismo e na hotelaria.

Por entre o tempo, já que as distâncias entre palestinianos e jordanos não existem, há um povo que não tem rei, nem terra, e vive refugiado no seu próprio país e na vizinha Jordânia.

Por entre as ruas de Amã os comerciantes amontoam-se, como se fosse uma praça de Espanha gigantesca. Ofereceram-nos roupa, fruta, marroquinarias, cerâmicas, ferramentas, ferragens e outros bens.

Em muitas lojas os donos exibem fotos de Saddam Hussein. Outros apenas um sorriso de comerciante que logo a globalização nos aproxima quando de Portugal nos atiram o nome de Cristiano Ronaldo.

Por entre o tempo presente, num reino de outro e deste tempo, passa um povo que do seu passado, parece saber pouco. E do seu futuro, que sabe? Nas ruínas do passado, no presente fluído, quase sem margens, o futuro é incerto.

Será que o povo saberá um dia onde dorme o seu rei? E se souber? ■

Viagens para 2010

INICIÁMOS AS DILIGÊNCIAS para a organização das viagens a realizar em 2010, destinadas aos nossos associados, familiares e amigos.

Tendo em conta os elemento que fomos podendo coligir, sobre eventuais preferências dos destinos a visitas, fizemos uma pré-selecção que aponta para os seguintes:

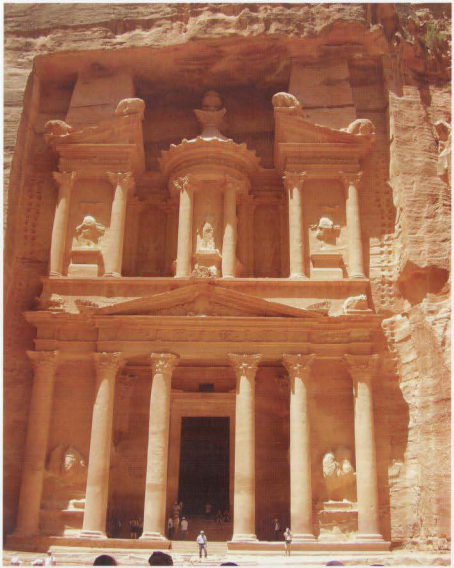
Pretendemos realizar pelo menos duas viagens, sendo uma no período de Maio/Junho e outro no de Outubro/Novembro.

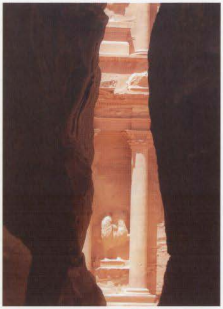
Para o período de Maio/Junho, estamos a trabalhar dois destinos;
– Turquia, com passagem por Istambul, Pergamo, Éfeso, Pamukkale, Capadócia, Ankara, etc. Aponta-se para uma duração de 9 a 11 dias:
– Síria, com passagem por Damasco, Bosna, Palmyra, Aleppo, etc.
Aponta-se para uma duração entre 8 a 9 dias.

Para Outubro/Novembro, estamos a trabalhar dois destinos:
– Tailândia – Camboja – Vietname. Aponta-se para uma duração de 15 dias
- Na Tailândia, visitar Banguecoque e Chiang Mai
- No Cambodja, visitar Siem Rep e os principais templos e locais de Angkor (antiga capital do Império Khmer)
- No Vietname, visitar Ho Chi Minh (Saigão) e os túneis dos Vietcong em Cu Chi, visitar Hanoi e fazer um cruzeiro na Baía de Halong.

– Japão, com passagem pot Tokio, Nikko, Hakone, Nogoya, Kyoto, Hiroshima, Osaka, etc. Aponta-se para uma duração de 12 a 14 dias

Para decidirmos, com a conveniente oportunidade, quais as viagens a realizar, solicitamos aos nossos associados e amigos, que possam estar interessados em participar, numa ou mais destas viagens, que nos comuniquem as suas preferências e o previsível número de participantes. ■





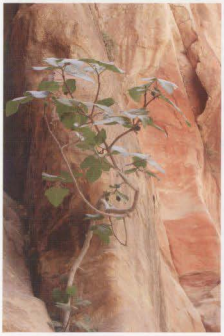
1.º prémio, *O Tesouro de Petra* – Aniceto Afonso; 2.º prémio (em baixo, à esquerda), *Petra* – Isabel Samirra; 3.º prémio (em cima, à direita), *Petra, o Tesouro* – Helena Carneiro; 3.º prémio *ex-aequo* (em baixo, à direita), *Madaba* – Mavilde Lobo da Costa

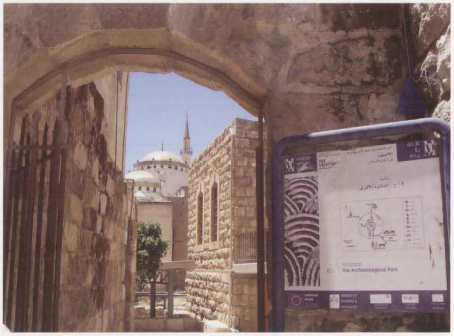
Concurso de fotografia "Olhar do Viajante – Jordânia"

DANDO CUMPRIMENTO a uma decisão da Direcção, foi organizado um concurso de fotografia, destinado aos participantes nas viagens realizadas no âmbito da Associação 25 de Abril.

Um primeira etapa foi cumprida com a selecção e atribuição dos prémios aos participantes na viagem à Jordânia, cujos resultados agora divulgamos:

1.º Prémio: Aniceto Afonso, "O Tesouro de Petra"
2.º Prémio: Isabel Samirra, "Petra"
3.º Prémio: Helena Carneiro, "Petra, o Tesouro"
3.º Prémio "ex-aequo": Mavilde Lobo da Costa, "Madaba". ■





Convites à A25A

Apoiar, assistir peça «Seis personagens à procura de Autor», 30-09-2009; Instituto de Defesa Nacional, apresentação do livro, «Contributos para uma Política de Defesa» do ministro da Defesa Nacional, Nuno Severino Teixeira, 07-09-2009; Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, II Convenção dos Jogos Tradicionais, 19-09-2009; Clube de Praças da Armada a Associação de Praças da Armada, Dia Nacional das Praças das Forças Armadas «Revolta dos Marinheiros», 08-09-2009; presidente da Câmara Municipal de Lisboa, conferência «Carta Estratégica de Lisboa – Um compromisso para o futuro da cidade», 03-06-2009; Embaixada do Brasil em Portugal e a Administração do Estoril-Sol e a Direcção da Galeria de Arte do Casino Estoril, inauguração da exposição «Op'Art» de Marcos Marin, 07-07-2009; Museu Nacional da Imprensa, inauguração do «PortoCartoon - World-Festival 2009», 19-06-2009; Sociedade de Instrução e beneficência "A Voz do Operário", evocação de Manuel Lopes, 12-05-2009; Comando-geral da Guarda Nacional Republicana, inauguração da exposição «Carmo, do Condestável à Guarda Nacional Republicana», 24-04-2009; presidente da Câmara Municipal de Almada e o bispo de Setúbal, D. Gilberto Canavarro dos Reis, inauguração da reconstruída Ermida de S. Sebastião, 25-06-2009; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, ciclo de encontros «Guera em África: Realidade e ficção», 26-09-2009; presidente da Câmara Municipal de Gaia e a Direcção do Círculo de Cultura Teatral – TEP – estreia do 216.º espectáculo do TEP «Pares e Impares de José Luis Alonso e Santos, 24-09-2009; Editorial Caminho e o Teatro Nacional D. Maria II, lançamento do livro «Teatro moderno de Lisboa (1961-1965) um marco na História do teatro Portugues» de Tito Lívio, 01-10-2009; Câmara Municipal de Odivelas, Jornadas Europeias do Património 2009 – «VI(r) Ver o Património», 25-09-2009; Presidente da Câmara Municipal de Almada e o director do Festival de Almada, actos de apresentação do Festival de Almada 2009, 05-06-2009; Galeria 9arte, inauguração da exposição de pintura «School Maps Box» de Pedro Besugo, 26-05-2009; residente da Câmara Municipal de Gaia, inauguração da exposição «Julio Resende – Homenagem do TEP», 18-06-2009; Câmara Municipal de Vila Franca de , exposição de «Design Contemporâneo – Factory Manufactory» de Luísa Coder e José Russell, 27-06-2009; Editorial Caminho o chanceler das Universidades Lusíada, inauguração da exposição «Senhores Projectos», 21-07-2009; Fundação EDP e a Embaixada da Republica Bolivariana da Venezuela, concerto da Orquestra Geração, 04-07-2009; Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, cerimónia de entrega do Prémio Internacional Calouste Gulbenkian, 20-07-2009; Câmara Municipal de Odivelas, IV edição do festival Rota das Comunidades, 10-11-07-2009; Esfera dos Livros, apresentação do livro «Um amor em tempos de guerra» de Júlio Magalhães, 12-10-2009; reitor da Universidade de Lisboa, e as Edições Colibri, lançamento do livro «Um projecto em Educação Médica» de João Alcino Martins e Silva, 14-10-2009; Editorial Caminho e Livraria Pó dos Livros, lançamento do livro «Um pinguim na Garagem» de Luís Caminha, 08-10-2009; Teatro da Cornucópia, espectáculo «Ifigénia na Táurida» de Goethe, 24-09-1009; Município de Castanheira de Pera e Luís Maria Kalidás Costa Barros, lançamento do livro «Os presos políticos de Castanheira de Pera 1949 – Não apaguem a memória", 12-09-2009; Junta de Freguesia da Venteira, Direcção do Centro Social e Paroquial da Amadora, benção e inauguração da loja solidária da Venteira, 27-08-2009; Editorial Caminho e o El Corte Inglés, apresentação da obra «Dança Quando – chegares ao fim», de Richard Zimler e Bernardo Carvalho, 05-06-2009; presidente da Câmara Municipal de Almada, inauguração da Piscina Municipal na Charneca de Caparica, 27-06-2009; inauguração da exposição «Todos nossos rostos caminhos», 23-06-2009, inauguração do Centro Municipal de Turismo, 19-09-2009; Edições Leitor, sessão lançamento do romance «Nenúfar no Charco», de Avelino Cunha, 24-06-2009; reitor da Universidade de Lisboa e presidente da Fundação Alola, sessão apresentação da Fundação Alola, 24-06-2009; Editorial Caminho, Fundação José Saramago e a Sapo.pt, lançamento do livro «O caderno» de José Saramago, 25-06-2009; Armazém das Artes-Fundação Cultural, inauguração das exposições de Verão, 27-06-2009; Câmara Municipal de Odivelas, «Arte Muralista no concelho de Odivelas», 09-06-2009; Câmara Municipal de Almada e o Director do Teatro Municipal de Almada, estreia do espectáculo «Contracções», 16-09-2009; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e o Museu do Neo-Realismo, inauguração da exposição bibliográfica «Escrevivendo» de Urbano Tavares Rodrigues, 20-06-2009; Editorial Caminho e a Livraria Bertrand, lançamento do livro «De rios velhos e guerrelheiros» de José Luandino Vieira, 07-10-2009; presidente da Câmara Municipal de Coruche, inauguração da XXV Edição da Feira do Livro em Coruche, 02-10-2009; Reitoria da Universidade de Lisboa, colóquio «Crise de Civilizações», 15-10-2009; Estoril-Sol SA a Direcção da Galeria de Arte do Casino Estoril e os 39 jovens artistas, inauguração da exposição XXII Salão da Primavera – Prémio Rainha Isabel de Bragança, 06-06-2009; Comissão Vitivinícola Regional Alentejana, «Vinhos do Alentejo no Casino», 2-01-2009; reitor da Universidade de Lisboa, mesa redonda, «Nas encruzilhadas do Mito: das origens à actualidade», 06-10-2009; presidente da Câmara Municipal de Coruche, inauguração da «Escola-Museu Salgueiro Maia», 05-10-2009; presidente da Comissão Cultural da Marinha, apresentação da obra "Moçambique Há um século", 22-10-2009; director da Galeria de Arte do Casino Estoril e os artistas participantes , inauguração e cerimónia de entrega de prémios do XXX Salão Intracional de Pintura Naif, 01-08-2009; Município de Vila Nova de Gaia, inauguração simultânea de duas exposições de banda desenhada, de David Rubin e João Paulo Cotrim e Miguel Rocha, 19-08-2009; Biblioteca Municipal de Lisboa e a editora Mar da Palavra, lançamento do livro «O fio das harpas» de Fernando Miguel Bernardes, 27-05-2009; presidente da Câmara Municipal de Almada, inauguração do «Monumento aos trabalhadores da indústria Naval», 19 -09-2009; vereador da Cultura da Câmara Municipal de Sintra, inauguração da exposição de Maluda «Geometria, depuração e Silêncio», 09-05-2009; Armazém das Artes_fundação Cultural, inauguração das exposições de Verão, 27-06-2009; Câmara Municipal de Grândola, comemorações do Dia do Concelho, 1610-2009; Casa da Imprensa e a Câmara Municipal de Moura, inauguração da exposição biográfica sobre o jornalista e escritor Miguel Serrano e apresentação do livro "Seara Resgatada", 17-06-2009; presidente da Câmara Municipal de Lisboa, abertura da exposição «Ombro a Ombro – retratos Políticos», 04-06-2009; presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Concerto de Homenagem ao Pintor Mário Silva, 15-06-2009; Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, abertura da exposição «O poder da Imagem», 03-07-2009; Festa do Avante, 04-09-2009; Câmara Municipal da Amadora, 20º Amadora BD 2009 – Festival Internacional de Banda Desenhada, 23-10-2009; Fundação LIGA, inauguração colectiva de artes plásticas «Leopoldo Guimarães e o LIGAR/atelier» e o lançamento do livro «Este estranho mundo», 19-10-2009; Câmara Municipal de Almada, apresentação publica da obra «Almada vozes da Resistência», 29-09-2009; presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e o presidente do Conselho de Administração da EPAL, lançamento do livro «A Vilha Romana da Subserra de Castanheira do Ribatejo – Vila Franca de Xira - trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito de uma obra da EPAL», 01-09-1009; Embaixada da República da Polónia e o reitor da Universidade Nova, inauguração da exposição«A Década do Solidariedade: 1979-1989», 26-10-2009; Comissão Organizadora e a Reitoria da Universidade de Lisboa, abertura do «Seminário saber Europa», 20-10-2009; reitor da Universidade de Lisboa e a Editora Coisas de Ler, lançamento dos livros «Os sonhos dos Adolescentes», «O Ser e o Estar na Adolescência» e o «Prazer da Leitura na Adolescência», de Maria Gabriela de Sousa Silva; 29-10-2009; Editorial Caminho, lançamento do livro «Caim» de José Saramago, 30-10-2009; Teatro São Luiz, estreia da peça «O que se leva desta vida», 06/22-11-2009.

Presidente da Câmara Municipal da Amadora, cerimónia de entrega de prémios dos concursos e troféus do 20.º Amadora BD09, 31-10-2009. ■

Ofertas à A25A

Livros. «O fio das Harpas» de Fernando Miguel Bernardes, oferta do autor, «Ousar sonhar, ousar lutar, ousar vencer» de António Garcia Pereira, oferta do autor. «A casa da Romanzinha», de Manuela Monteiro oferta da autora; «Na esteira do Arsenal – 70 anos de História do Alfeite», «Associativismo e Cidadania», «Arsenal do Alfeite – Contribuição para a História da Industria Naval nacional em Portugal», oferta do Museu da Cidade de Almada; «Timor terra sentida», «Miguel Portas e o resto é paisagem», «Guia das Assembleias Gerais», «Portugal de perto», «Tornar possível o impossível», «Portugal e a integração europeia 1945-1986», "Álvaro Cunhal e a Dissidência da Terceira Via», oferta do associado Jaime André; «A Maçonaria e a Implantação da República» oferta da Fundação Mário Soares e do Grémio Lusitano; «Histoire des Doctrines Militaires», oferta de Francisco Falcão de Campos; «Da Arribida al Al Andaluz», «Anotações dos dias», «Tempo de Subversão», «Luta pela democracia nos Açores», «Figuras e perfis literários», «Incerta Via (poemas)», «Enquanto o galo canta», «Memórias da cidade futura», «Memórias das Ilhas desafortunadas»; «Para a História remota do PCP em Coimbra» e «Bento de Jesus Caraça (militante integral do ser humano)», oferta de Celso G. Barbosa.

Diversos: DVD promocional da candidatura de Garcia Pereira 2009, oferta do MRPP; Quadro com diploma de Honra do Concelho de Palmela, oferta da Câmara Municipal de Palmela; DVD – 20 testemunhos de Resistência, oferta Câmara Municipal de Almada; Quadro em impressão digital sobre papel, «25 de Abril», oferta de João Luis Pereira de Castro. ■

Vamos aprender Bridge! (81)

LUÍS GALVÃO

APÓS TERMOS completado a apresentação dum sistema de marcação (Natural com maiores de cinco) e de nos havermos debruçado sobre os temas do Ataque de Flanco (sinalização e saídas) e, por último, do Carteio, achámos que devíamos prosseguir com um novo bloco de artigos dedicados à análise dum conjunto de Convenções, escolhidas entre as que, na actualidade, mais utilizadas são em competição.

As convenções são "ferramentas" que permitem resolver algumas "fraquezas" que os leilões naturais apresentam perante situações específicas de evidente dificuldade de marcação. As mais conhecidas são o STAYMAN e o BLACKWOOD mas existem, para além destas, mais algumas centenas de outras.

Conhecê-las todas será tarefa tão cíclópica como desnecessária, até porque muitas delas são recorrentes procurando resolver as mesmas questões por diversas formas pelo que, nestas recorrências, bastará ao jogador escolher dentro delas qual a que, em seu entender, melhor se coaduna com a sua forma de "sentir" o jogo e que mais se "encaixa" no sistema que construiu com o parceiro.

Não deverei encerrar esta introdução sem fazer um alerta que reputo de necessário e importante. É a chamada de atenção para o facto de existindo muitas Convenções cada uma delas apresentar variantes, pelo que ninguém deverá atrever-se a afirmar que uma Convenção se joga de determinada maneira, mas antes dizer que a variante que utiliza tem a estrutura indicada o que é muito diferente e mais asisado.

1 – CONVENÇÕES

1.1 – O DRURY

Esta Convenção foi uma criação do professor e proprietário dum clube de bridge, DOUGLAS DRURY (1914-1967), natural de Sebastopol, Califórnia, EUA. Numa época em que vivia em Toronto jogava com um parceiro (ERIC MURRAY) o qual tinha por hábito, quando em 3.ª posição, abrir o leilão com mãos muito fracas.

D. DRURY sentiu a necessidade de ter uma "arma" que o defendesse de subir demasiado o leilão nessas circunstâncias, compensando assim a agressividade competitiva do parceiro.

Hoje essa "arma" faz parte do "arsenal" de grande parte dos bridgistas de competição pelo que nos propomos apresentar umas das suas variantes conhecida como REVERSE DRURY.

Exemplifiquemos quando e como funciona o DRURY aproveitando a ocasião para evidenciar a necessidade da sua utilização:

A	B
♠ R93	♠ DV10
♥ ADV52	♥ R102
♦ 64	♦ 10983
♣ 863	♣ AV7

Suponha que o seu parceiro, em 3.ª posição (o DRURY só se aplica sobre aberturas em 1♥/♠ em 3.ª ou 4.ª posições), abria a mão A em 1♥. Se só dispusesse dos recursos facultados pelas vozes do sistema natural que voz daria com a mão B, após haver passado em 1.ª posição? Com 11PH e apoio de 3 cartas com uma grande figura no naipe de abertura apetecia-lhe saltar para 3♥, mas tendo a noção de que as aberturas em 3.ª ou 4.ª posições podem corresponder a sub-aberturas, esse anúncio poderia levar o leilão para níveis excessivos, face às potencialidades efectivas da mão. É em casos como este que o DRURY tem perfeita adequação, evitando que o leilão atinja níveis demasiado altos quando a abertura for substancialmente fraca (sub-abertura).

Sobre aberturas em 1♥/♠, em 3.ª/4.ª posições, o anúncio de 2♣, para quem joga o DRURY, é um voz artificial, forcing, que mostra apoio (pelo menos de 3 cartas) no naipe da abertura e com uma força compreendida entre 10+12PH. É facto que com a utilização do DRURY se perdeu o significado da voz de 2♣ corresponder a uma mão de 10+12PH com um naipe de 5/6 cartas em ♣. Perdeu-se esse significado para a voz de 2♣ mas ganharam-se outras opções que compensam, com vantagem, a perda referida.

N	E	S	W
P	P	1♥	P
2♣ (DRURY)	P	?	

Importa agora definir como deverá o abridor rebidar quando o parceiro tiver desencadeado o REVERSE DRURY com a voz de 2♣ (voz artificial).

O abridor tem 4 possibilidades para rebidar, a saber:

2♦ – Anúncio convencional que nada diz sobre o naipe de ♦. Simplesmente confirma a abertura com um mínimo de força necessária para abrir a mão em qualquer posição. Confirma que o valor da abertura não corresponde a uma sub-abertura.

2♥ – A repetição do naipe de abertura informa que a mão tem força inferior à necessária para uma abertura clássica, correspondendo, de facto, a uma sub-abertura.

4♥ – Rebide que identifica uma mão que deseja jogar partida, face ao valor da mão do parceiro, mas sem qualquer interesse em chelem (leilão típico de Fast Arrival).

OUTRAS VOZES – Diferentes rebides pelo abridor (ST, novos naipes ao nível 3, inversas, etc.) mostram, na maioria dos casos, interesse em chelem, correspondendo a mãos do 3.º nível de força (18+PDH).

Se a abertura tiver sido de 1♠ e não de 1♥ é óbvio que o rebide, do abridor, em 2♥ corresponderá a uma mão com verdadeira abertura e com 4 ou mais cartas de ♥.

Calculo que ao leitor atento ocorrerá a seguinte pergunta: O que fazer quando, jogando o DRURY, o parceiro do abridor detiver uma mão correspondente à de um anúncio de 2♣ (10+/12PH com 5/6 cartas de ♣)?

Nesta situação haverá que optar por uma das seguintes alternativas:

1 – Marcar 2 ST, voz que corresponderá quer a mãos balançadas quer a mãos com 5 cartas de ♣.

2 – Marcar 3♣ em salto mostrando uma mão com 6 cartas de ♣ mas demasiado desbalançada e, por tal facto, desconfortável para marcar 2 ST.

Convém realçar dois aspectos que deverão ser considerados pelos pares que utilizam o DRURY nos seus leilões:

– A maioria dos jogadores de competição não utiliza a convenção sempre que o ADV à sua direita dobrar a abertura ou intervir em naipe. Nesta situação o seu anúncio corresponderá a uma voz natural.

– É óbvio que as sequências 1♥ – 3♥ ou 1♠ – 3♠ não se justificam para identificar mãos com força e distribuição que mereçam um convite à partida, dado que o desencadear do Drury resolveria essa questão. Por tal facto essas sequências deverão corresponder a mãos obrigatoriamente fracas mas com bom apoio no naipe de trunfo (4 ou + cartas).

Até ao próximo número. ■

Nota de rodapé:

Na versão original do DRURY a resposta de 2♦ servia para identificar uma sub-abertura. Posteriormente começou a utilizar-se um estilo moderno de respostas que invertia o significado dos rebides, como a variante aqui apresentada (REVERSE DRURY).

Outras variantes, quiçá mais complexas, também existem mas a que apresentámos deverá ser a mais utilizada.

INFORMÁTICA PARA SÉNIORES

Decida o que quer aprender e como quer aprender!

FORMAÇÃO À MEDIDA DAS SUAS NECESSIDADES!

FORMAÇÃO BÁSICA: para os que pretendem adquirir noções básicas de Informática;

FORMAÇÃO AVANÇADA: para quem já detém conhecimentos genéricos em Informática e pretende aprofundar ou consolidar competências nalguns domínios específicos.

fórmula do saber

LUMIAR | Pr. Rainha D. Filipa, 3 - 1º | 213 048 045 | 919 593 960 | formuladosaber@noerus.pt | www.noerus.pt